



Material de Apoio à
Formulação e
Implementação de
Políticas Municipais
de Educação Integral
em Tempo Integral



**[...] diante do direito à diversidade,
a teoria educacional é desafiada a
conhecer e destacar aquilo que nos une
sem perder de vista o que nos diferencia**

Nilma Lino Gomes, 2017



Apresentação

Material de apoio

Centro de Referências em Educação Integral

Esta publicação busca contribuir com a Formulação e Implementação de Políticas e Programas Municipais de Educação Integral e foi desenvolvida pelo [Centro de Referências em Educação Integral](#) com o objetivo de oferecer apoio a gestores e equipes de secretarias municipais que pretendem desenvolver ou aprimorar iniciativas focadas na educação integral de crianças e adolescentes.

Concebido tendo como referência o programa federal [Escola em Tempo Integral](#), instituído pela [Lei nº 14.640](#), de 31 de julho de 2023, o material parte da ampliação da jornada escolar, indicando instrumentos e materiais para sua realização, para abordar a educação integral enquanto **concepção**, implicando diretamente em reordenamentos curriculares e programáticos. Ainda assim, este material compreende a importância e o valor da ampliação do tempo na escola, considerando os caminhos para alocação de matrículas em tempo integral, especialmente para quem mais precisa.

Da mesma forma, busca apoiar a construção (ou revisão) e homologação da política municipal de educação integral, exigência da [portaria nº 1.495](#), de 2 de agosto de 2023.

Estrutura

Para tanto, organizamos este material em 10 seções, cada uma composta por uma breve discussão teórica sobre o tema que aborda, apresentação de dados técnicos e exemplos, indicando materiais e instrumentos de referência que possam apoiar de forma prática as ações da gestão. Além de linkados, os materiais seguem sempre os mesmos ícones, facilitando a leitura e utilização desta referência.

Seções:

- 1.Introdução: a Educação Integral e a questão do tempo
- 2.Educação integral em jornada regular
- 3.Oportunidades do programa Escola de Tempo Integral
- 4.Planejamento (Parte 1): Passos gerais de implementação de uma política de Educação Integral
- 5.Ampliação de matrículas
- 6.Currículo, PPP e formação continuada
- 7.Planejamento (Parte 2):Infraestrutura e insumos
- 8.Organização e formação de profissionais
- 9.Monitoramento e indicadores de avaliação
- 10.Comunicação e envolvimento da comunidade

Um instrumento de trabalho!

A ideia é que este material seja um instrumento de trabalho. Repleto de links e materiais de apoio a ele conectados, foi estruturado como um livro digital que também pode ser apresentado e utilizado em reuniões de trabalho coletivo.

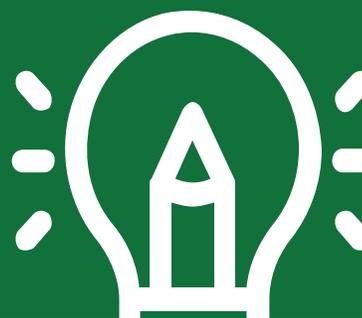
A fim de incentivar a troca de conhecimentos, a colaboração e a construção coletiva, cada seção recebe, além de materiais de apoio, um breve resumo dos pontos abordados, e uma tarefa ou conjunto de tarefas a ela relacionados. A proposta é que - ao final do trabalho - você e sua equipe tenham a política de educação integral e seus instrumentos subjacentes estruturados, organizando e facilitando sua implementação e monitoramento.

Iconografia de apoio →

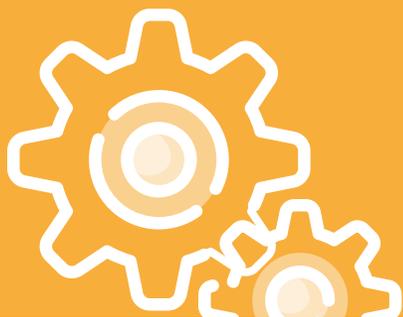




Referência em vídeo ou texto para aprofundamento.



Prática/ ação/ iniciativa de referência para inspiração



Instrumento de trabalho: modelos, planilhas ou apresentações de slides.



Reportagem, artigo jornalístico/ opinativo/ editorial ilustrativo ou complementar à discussão



Tarefa para construção e implementação de uma política de educação integral no município. Essa sempre virá ilustrada por um balão de fala com a indicação da ação(ações) a ser(em) realizada(s). Por exemplo: Levantamento, Pesquisa, Redação.

O Material de Apoio do CR e a Política Municipal de Educação em Tempo Integral a ser entregue ao MEC

Este material está organizado por seções. A sistematização proposta ao final de cada seção pode ser aproveitada como parte do documento da política.

*"Política de Educação em Tempo Integral pode ser compreendida como um **conjunto de decisões e estratégias públicas** que cada ente federado deverá estruturar com base em sua realidade visando proporcionar educação em tempo integral na perspectiva da educação integral.*

*Ela deverá se materializar por meio de **ato normativo** que pode variar de um contexto para o outro, podendo assumir a forma de **Projeto de Lei**, quando debatida junto ao Legislativo local, ou de instrumentos normativos do próprio Poder Executivo, como **decreto ou portaria**. Deverá ainda ser apreciada pelo **Conselho de Educação** do respectivo ente, no sentido de se promover o diálogo com este foro de acompanhamento e participação e fortalecer os processos democráticos de gestão pública.*

Seu conteúdo deverá apresentar **decisões, instrumentos e ações relevantes** para que o objetivo de ampliar as matrículas em tempo integral na perspectiva da educação integral, se materialize **com qualidade e equidade**. Poderá incluir pontos tais como **as diretrizes e os princípios** da educação em tempo integral na perspectiva da educação integral, a definição de **estrutura e equipe técnica** da secretaria responsável pela gestão da Política, das **fontes de financiamento e orçamento**, as decisões sobre a **organização dos tempos/jornada escolar e dos espaços** a serem utilizados, dos profissionais da educação e de sua jornada, das **diretrizes e do desenho da matriz curricular**, da orientação às escolas para revisão e atualização de **projetos pedagógicos**, das ações para a **articulação intersetorial e com o território**, da estratégia de **monitoramento e avaliação**, entre outros"

Guia para Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral, MEC, 2024 (grifos nossos)

Os próximos slides trazem os passos a serem seguidos para a elaboração da política de Educação Integral de acordo com o Guia publicado pelo MEC (Guia para Elaboração da Política de Educação Integral em tempo Integral, MEC, 2024) com um box ao lado em que indicamos como este material apoia cada passo. **Bom trabalho!**

2 COMO FAZER – PASSO A PASSO

Os passos a seguir indicam um caminho para o processo de elaboração da Política de Educação em Tempo Integral, conforme referências adaptadas do campo das políticas públicas, da área da educação e dos atos que regulamentam o Programa Escola em Tempo Integral (conforme indicados no item 5 deste material). Tais passos não devem ser seguidos como sequência rígida ou fixa, podendo ter sua ordem invertida, ocorrer simultaneamente ou ser adaptados conforme o contexto.

O conteúdo a seguir pretende sugerir ferramentas e reflexões importantes a serem percorridas nesta trajetória de elaboração da Política, sem prejuízo de as redes se aprofundarem em outros materiais e referências. Por fim, destaca-se a relevância de que o processo a seguir ocorra com base em diálogo com e escuta dos diversos atores e áreas envolvidas.

I. IDENTIFIQUE O PROBLEMA



Defina e caracterize os problemas centrais a serem enfrentados pela Política, considerando aspectos como:

- Qual a distância do ente em alcançar a Meta 6 do PNE e o quanto (e em quanto tempo) será preciso avançar para alcançá-la (e superá-la)?
- Como o ente vem trabalhando o desenvolvimento integral de seus estudantes? (Quais suas forças e limitações nesta área?)
- Como a jornada regular atual impacta nas potencialidades de aprendizagens e desempenho acadêmico dos estudantes?

II. ELABORE O DIAGNÓSTICO



(ANÁLISE EX ANTE*)

Levante dados e informações necessárias para a identificação das forças e das limitações de sua rede para o enfrentamento do problema. Longe de se configurar como um trabalho técnico isolado, o diagnóstico deve ser fundamentado também pelo diálogo com a rede como um todo. Elabore um relatório de diagnóstico que deverá orientar as decisões sobre a Política, considerando aspectos como:

Neste Material de Apoio:

Passo I: consulte e desenvolva as atividades propostas nas [seções 1 \(Introdução a Educação Integral e a questão do tempo\)](#), [2 \(Educação integral em jornada regular\)](#) e [3 \(Oportunidades do Programa ETI\)](#)

Passo II: consulte e desenvolva as atividades propostas nas [Seções 4 \(Planejamento I\)](#) e [5 \(Ampliação de Matrículas\)](#)

Fonte: Guia para Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral, MEC, 2024

II. FORMULE AS SOLUÇÕES

A partir do diagnóstico da realidade de sua rede (e também por meio de aprendizados com experiências de outras secretarias de educação), elabore as alternativas de soluções para a implementação da agenda da educação integral em tempo integral, considerando pontos tais como:

- Quais soluções poderão ser implementadas no curto, médio e longo prazo? (Para além da Política e/ou incluído nela, um Plano de Faseamento deve ser definido para se estabelecer a expansão de matrículas em tempo integral – por etapa e ano – e a melhoria progressiva das condições dos tempos e espaços nas escolas de sua rede)
- Quais estratégias pedagógicas e de organização da rede (horários, alimentação, transporte, recursos pedagógicos, profissionais, formação contínua, etc.) deverão ser estabelecidas para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes e da garantia de seus direitos de aprendizagem?
- Quais as fontes de financiamento para a implementação da agenda?
- Como se dará a organização do quadros de profissionais e quais melhorias relativas à expansão da jornada e valorização docente são necessárias?
- Como se dará a articulação com outras secretarias e organizações?
- Como se dará a articulação com as características do território, suas organizações, equipamentos públicos e comunidade local?
- Como pode ser o desenho de uma matriz curricular para ao contexto local?
- Quais serão as estratégias e os indicadores de monitoramento e avaliação?

IV. (DECIDA E) ELABORE O TEXTO

Com base no diálogo com os diversos atores relacionados à Política, selecione as soluções e sistematize o texto na forma do documento pertinente (seja ele uma lei, um decreto, uma portaria, etc.), cujo conteúdo deve incluir aspectos como:

- I. Diretrizes da educação integral em tempo integral;
- II. Definição de estrutura e equipe técnica da secretaria responsável pela Política;
- III. Organização dos tempos/jornada escolar;
- IV. Definição dos espaços e de suas melhorias;
- V. Definição dos profissionais da educação e sua jornada;
- VI. Definição das fontes de financiamento da Política;
- VII. Diretrizes para a matriz curricular;
- VIII. Diretrizes para a intersetorialidade e a articulação **com** o território;
- IX. Estratégia de monitoramento e avaliação.

Neste Material de Apoio:

Passo III: consulte e desenvolva as atividades propostas nas [seções 6 \(Currículo, PPP e Formação Continuada\)](#), [7a \(Planejamento - Parte II - Infraestrutura e Insumos\)](#) e [7b \(Infraestrutura e Insumos - especificidades do programa Escola de Tempo Integral\)](#), [8 \(Organização e Formação de profissionais\)](#) e [9 \(Monitoramento e Indicadores de Avaliação\)](#).

Passo IV: Retome a [seção 4 \(Planejamento I\)](#) e articule no texto da política as produções realizadas ao final de cada seção (percurso até o Passo III).

Fonte: Guia para Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral, MEC, 2024

V. APROVE E VALIDE A POLÍTICA

A partir da articulação com o/as tomadores de decisão do poder executivo e/ou legislativo local e do diálogo com os diversos atores relacionados à agenda, aprove o documento da Política. O engajamento da sociedade e das comunidades escolares é importante aspecto do sucesso da Política. Estabeleça um momento para ampla divulgação, difusão e esclarecimentos sobre a Política disponibilizando materiais impressos ou digitais para consulta e publicidade da ação.

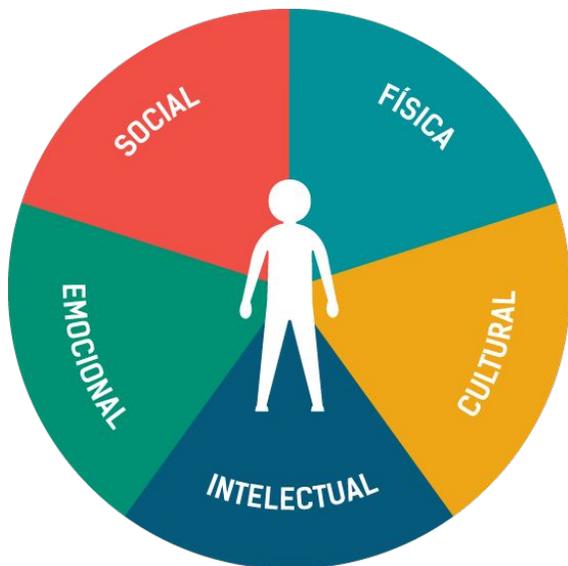
Junto ao Conselho de Educação de sua localidade apresente a Política e solicite apreciação por meio de parecer ou resolução (requisito da Portaria n. 1.495/2023). Conselhos de Educação possuem o papel de assessorar, normatizar e deliberar sobre diversos assuntos da educação básica pública e privada e do ensino superior em instituições de ensino superior estaduais, no caso de conselhos estaduais de educação. Sugere-se que o diálogo em torno da Política com o Conselho de Educação ocorra ao longo do processo de sua elaboração e não apenas ao seu término.

Neste Material de Apoio:

Passo V: consulte a [seção 10](#).

Fonte: Guia para Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral, MEC, 2024

Seção 1. Introdução: a Educação Integral e a questão do tempo



Fonte: Centro de Referências
em Educação Integral

Concepção

A **Educação Integral** não é uma modalidade educacional. É uma **concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.**

Referências e instrumentos

Educação Integral Na Prática

[Caderno 1: Conceitos, princípios e estratégias estruturantes.](#)

Educação Integral nas Infâncias

[Pressupostos e práticas para o desenvolvimento e aprendizagem de crianças de 0 a 12 anos](#)



Estas dimensões da experiência humana **são indissociáveis dos contextos em que vivemos**: as especificidades dos modos de vida urbano, no campo, na itinerância se apresentam nos estudantes, na comunidade, na vida escolar e, conseqüentemente, na rede de ensino. Da mesma forma, as etapas do desenvolvimento - e as culturas próprias das **diversas infâncias, adolescências, juventudes e vidas adultas** - são reconhecidas e assumidas como parte integrante dos objetivos de **desenvolvimento e aprendizagem**.

Por isso, a Educação Integral evoca um conjunto de estratégias - dentro e fora da escola, mobilizando ações **intra e intersetoriais no governo e em parceria com a sociedade**, ampliando a rede de proteção à infância, adolescência e juventude, a salvaguarda dos direitos humanos e atenção às diversidades.

Referências e instrumentos

Educação Integral Na Prática

[Módulo geral de formação em Educação Integral: Fundamentos da Educação Integral](#)

Centro de Referências em Educação Integral



Princípios

Quatro princípios norteiam essa concepção que busca constituir políticas e práticas educativas inclusivas e emancipatórias: contemporaneidade, inclusão, sustentabilidade e equidade:

Referências e instrumentos

Educação Integral Na Prática

[Vídeo: Princípios da Política de Educação Integral](#)

Centro de Referências em Educação Integral



A Educação Integral promove a **equidade** ao reconhecer o direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

A Educação Integral é uma proposta alinhada com a noção de **sustentabilidade** porque se compromete com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e o que se pratica.



Fonte: Centro de Referências
em Educação Integral

A Educação Integral é **inclusiva** porque reconhece a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da pertinência do projeto educativo para todos e todas.

A Educação Integral é uma **proposta contemporânea** porque, alinhada às demandas do século XXI, tem como foco a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo.

IMPORTANTE!

Educação Integral: uma reflexão sobre a concepção e suas práticas transformadoras

“Em um país como o Brasil que historicamente negligência direitos, é central compreender que a efetivação do Direito à Educação deve necessariamente observar a indissociabilidade entre os direitos fundamentais. Isso significa que não basta, ainda que seja inegociável, observar os fatores intraescolares relacionados às condições da oferta educacional. É necessário observar os fatores extraescolares, ou seja, as condições sociais, econômicas e a garantia de necessidades básicas como moradia, saúde, segurança, alimentação e trabalho decente a crianças, estudantes e suas famílias.

(...)

Referências e instrumentos

Acesse o texto completo!

[Educação Integral: uma reflexão sobre a concepção e suas práticas transformadoras](#)

Costa, N. 2024. *In. Centro de Referências em Educação Integral*



A história da Educação no Brasil oferece elementos que fundamentam a defesa de que a Educação Integral é uma resposta necessária ao enfrentamento dos desafios estruturais da nossa educação. Primeiro, o direito à Educação é um direito tardio no Brasil. Só foi efetivado de maneira universal (e ainda restrito ao ensino fundamental) a partir da Constituição de 1988. Segundo o artigo 205, passa a ser papel da educação garantir o pleno desenvolvimento dos sujeitos, o preparo para a cidadania e a qualificação para o trabalho.

No entanto, para atender a demanda de acesso de milhões de crianças e adolescentes em todo país foi necessário agrupar o maior número de alunos com mais de um turno letivo em cada unidade. Além disso, a organização das aulas e a alocação dos profissionais seguiu um padrão

Referências e instrumentos

Acesse o texto completo!

[Educação Integral: uma reflexão sobre a concepção e suas práticas transformadoras](#)

Costa, N. 2024. *In. Centro de Referências em Educação Integral*



mais burocrático do que pedagógico, o que reforçou um modelo fragmentado (pautado em horas-aula), massificado e, portanto, descontextualizado e gerador de desigualdades. Em um país marcado por desigualdades estruturais e por uma rica diversidade étnico-racial, territorial e cultural modelos de educação com essas características silenciam as diferenças, as subjetividades e tendem a reduzir as propostas educativas a “entrega” de certas aprendizagens consideradas essenciais. Nesse contexto, as diferentes epistemologias, culturas, códigos e valores perdem espaço e a escola se torna um espaço homogeneizante e, portanto, excludente. Frente aos desafios, a educação brasileira historicamente transferiu o fracasso escolar para os estudantes deixando de problematizar as políticas, as práticas escolares e suas matrizes epistemológicas.”

Referências e instrumentos

Acesse o texto completo!

[Educação Integral: uma reflexão sobre a concepção e suas práticas transformadoras](#)

Costa, N. 2024. *In. Centro de Referências em Educação Integral*



Desenvolvimento integral e aprendizagem

Assim, a própria multidimensionalidade dos sujeitos evoca o reconhecimento e valorização das singularidades, das identidades étnico-raciais, de gênero e sexualidade, religiosas, territoriais, socioeconômicas, linguísticas, como **partes estruturantes do processo educativo**.

Como apresentam Weffort, Andrade e Costa, “na perspectiva da Educação Integral, as práticas escolares devem estimular as aptidões naturais de todas as crianças, contribuir para o desenvolvimento de novas capacidades e linguagens durante a infância e a adolescência, favorecendo os processos de investigação e construção de conhecimentos e de sentidos coletivos e compartilhados.”

Referências e instrumentos

SIEI 2016

[O que é Educação Integral?](#)

Centro de Referências em Educação Integral, FSM, Itaú Social, SESC, CENPEC e FRM

O que é Educação Integral?

[Capítulo do Currículo e Educação](#)

[Integral na Prática que aprofunda a discussão de aprendizagem e desenvolvimento integral.](#)

Centro de Referências em Educação Integral



Para as autoras, retomando importantes pesquisadores como Moran (2015); Moreira (2014) e Zabala (1998) apud Weffort, Andrade e Costa (2019), por exemplo, diferentes estratégias de aprendizagem devem ser combinadas em função dos **objetivos pretendidos** em um percurso de aprendizagem. Ou seja, na perspectiva da Educação Integral, a aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos sujeitos é um objetivo estruturado - e os conteúdos necessários a serem aprendidos dizem do que se objetiva como sociedade global e contemporânea e também como sociedade local, que considera o bairro, cidade e região onde cada escola está inserida. Estes objetivos devem estar, como preconiza a própria [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira \(BRASIL, 1996\)](#) **pactuados socialmente** e organizados e publicizados nos **currículos**.

Referências e instrumentos

Educação Integral Na Prática

[Módulo geral de formação em Educação Integral: Fundamentos da Educação Integral](#)

Centro de Referências em Educação Integral



Identidades

Quando a Educação Integral convoca a pertinência dos currículos em relação à a um projeto de sociedade democrática e à serviço da aprendizagem que se concretiza a partir das demandas, interesse e engajamento dos sujeitos, enfatiza-se a necessidade do reconhecimento e valorização das múltiplas identidades e do enfrentamento às discriminações que estão na base dos processos históricos de exclusão e fracasso escolar.

Referências e instrumentos

'É na escola que acontecem as primeiras experiências de racismo'
[Entrevista com Ana Cristina Juvenal da Cruz](#)
Portal Lunetas, novembro de 2016.



Sobre qualidade na educação

"O racismo ainda é um problema pouco assumido na sociedade brasileira. Muita gente diz *"Aqui na minha escola ele não existe!* Porém, as estatísticas oficiais e diversas situações cotidianas dizem o contrário: o racismo existe, persiste e se reinventa, está presente entre nós. É necessário nos dispormos a reeducar nossos sentidos para reconhecê-lo, e atuar para superá-lo, bem como outras discriminações presentes na sociedade e nas escolas, sejam elas contra mulheres, pessoas LGBTQIA+, indígenas, pessoas com deficiências, nordestinos, migrantes, entre outras.

Referências e instrumentos

[Educação Decolonial: o Futuro da Escola é Ancestral](#)

Avante/ Centro de Referências em Educação Integral

[Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola: Antirracismo em Movimento](#)



O racismo afeta profundamente a qualidade das instituições educacionais, prejudicando a trajetória escolar e comprometendo a garantia do direito humano à educação de milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos em nosso país. Enfrentá-lo é um desafio para toda a sociedade brasileira, conforme destaca o Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana , aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 2004."

*Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola:
Antirracismo em Movimento*

Referências e instrumentos

Educação Decolonial: o Futuro da Escola é Ancestral

Avante/ Centro de Referências em Educação Integral

Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola: Antirracismo em Movimento

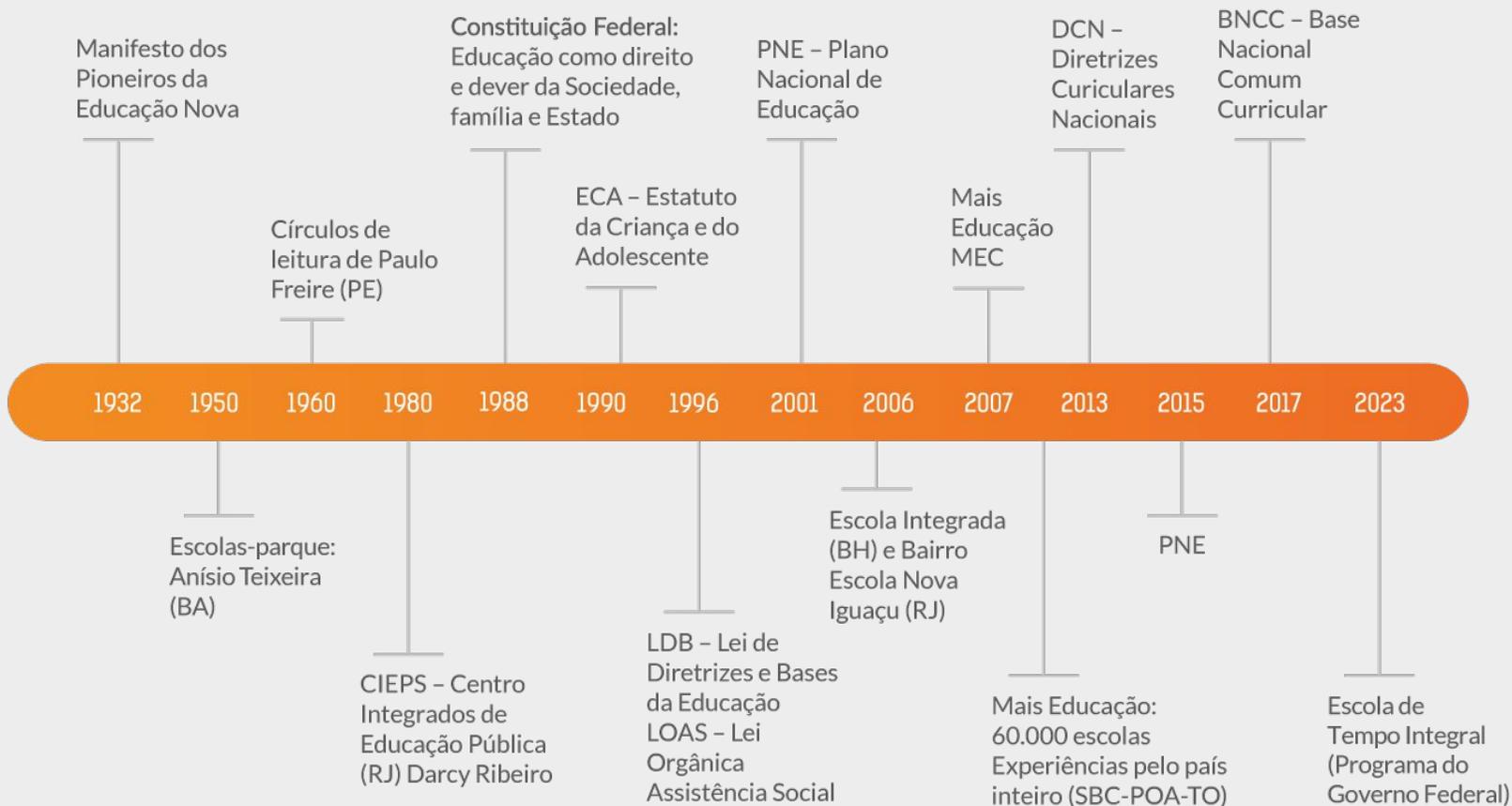


Histórico

Tanto como concepção quanto na materialização de políticas públicas, a compreensão da Educação Integral não é nova no Brasil. Presente de forma sistematizada desde os pioneiros da educação, e ampliada pela obra e propostas para a educação pública de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, a concepção foi ainda fortalecida por trabalhos e pesquisas de outras áreas, como as discussões sobre território com Milton Santos e sobre projeto de Estado, com Florestan Fernandes. A produção sobre o tema ganha imenso impulso a partir do Programa Mais Educação do MEC e se aprofunda na obra de intelectuais contemporâneos como a Profa. Jaqueline Moll, a Profa Lucia Helena Alvarez, a Prof. Nilma Lino Gomes e o Prof. Miguel Arroyo, entre muitos outros em todo território nacional.

Na política pública, seguindo a própria história do país, a defesa da educação integral passou por variados “refluxos”, mas conseguiu se consolidar enquanto base conceitual para as principais normativas da educação brasileira.

Educação Integral: Trajetória no Brasil



Fonte: Centro de Referências em Educação Integral

Legislação

A educação integral encontra amparo em diversos [marcos legais e internacionais](#), evidenciando sua importância para os direitos de crianças e adolescentes. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) reconhece o direito à educação como fundamental para o pleno desenvolvimento da personalidade humana. A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) reforça esse direito e destaca a necessidade de uma educação que prepare a criança para a vida em sociedade.

No âmbito nacional, a [Constituição Federal](#) de 1988 garante o direito à educação integral, abrangendo a formação física, psíquica, moral, intelectual e social do indivíduo. O [Estatuto da Criança e do Adolescente \(ECA\)](#) também reconhece a educação integral como um direito fundamental e define diretrizes para sua implementação.

Outras leis e diretrizes nacionais reforçam a importância da educação integral, como a [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional \(LDB\)](#) e as [Diretrizes Nacionais para a Educação Básica](#) e a própria lei e regulamentação do [Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação Básica \(FUNDEB\)](#). Na Meta 6 do [Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#), a Educação Integral é reafirmada como direito a ser garantido pelo Estado brasileiro.

No âmbito internacional, a [UNESCO](#) também reconhece a importância da educação integral e promove sua implementação em diferentes países. A organização define a educação integral como uma abordagem holística que visa o desenvolvimento integral do indivíduo, abrangendo as dimensões cognitiva, afetiva, social, ética e estética.

Embora sua implementação seja um desafio presente, a presença da educação integral em marcos legais e internacionais demonstra o reconhecimento da importância dessa concepção para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Trata-se de reconectar os tempos da escola com os tempos da vida de nossos estudantes, procurando entender o continuum, entre esses tempos e a presença dos estudantes com seus saberes e múltiplas possibilidades de aprendizagens. Trata-se de, a partir dos processos de reflexão e ação instituídos há muito em muitas escolas, avançar na qualificação do espaço escolar como espaço de conhecimentos e valores, como espaço no qual a vida transita em sua complexidade e inteireza, como espaço no qual cada estudante, com razão e emoção, possa conhecer e operar com a música, com as ciências, com as artes cênicas, com a matemática, com a literatura, onde cada um e todos em relação possam se humanizar e se singularizar, entendendo o mundo e entendendo-se no mundo. Trata-se de fazer acontecer o encontro entre a escola e a cidade, a escola e a comunidade, a escola e a rua, ampliando-se e garantindo-se territórios para percursos formativos de nossas crianças e nossos jovens.

(MOLL, 2013, p. 45)

A questão do tempo

Como apresenta Dietrich (2023) em material oficial do programa Escola de Tempo Integral, **o tempo é uma das estratégias** que possibilita a materialização da proposta de um currículo de Educação Integral. A ampliação do tempo (em diálogo com a discussão de espaço - dentro e fora da escola) deve vir, na verdade, como resposta ao que se desenha no Projeto Político-Pedagógico e do currículo.

O “uso” e a “organização” do tempo devem estar relacionados ao “uso” do espaço e à construção/ implementação de **práticas pedagógicas**, formas de agrupamentos e gestão das turmas e experiências oferecidas às crianças e aos estudantes.

Esse novo tempo também deve ser utilizado para **integrar saberes e práticas necessários à superação de desafios e iniquidades** presentes na sociedade brasileira.

Referências e instrumentos

Conjunto de textos

[Educação Integral: mais tempo na escola para quê?](#)

Centro de Referências em Educação Integral



Risco do mais do mesmo

“(…) a Educação Integral não pode se comprometer com a cisão entre a escola dos conhecimentos historicamente construídos e a escola das oficinas de artes, capoeira e outras atividades do contraturno. Esse é um modelo que já experimentamos e que não reflete os anseios e compromissos que a Educação Integral promove.

Por isso, um currículo integrado agrega saberes que fazem parte do cotidiano e da vida, do território, as múltiplas linguagens, os saberes ancestrais, os compromissos com a biodiversidade e a proteção ambiental. Tudo isso vai atribuindo sentido a tudo que já produzimos historicamente enquanto conhecimento.”

[Centro de Referências em Educação Integral](#)

Referências e instrumentos

Debate

[O que é o tempo integral na concepção da Educação Integral? Como implementar a jornada estendida diante dos vários desafios que estudantes, escolas e redes enfrentam?](#)

Centro de Referências em Educação Integral





Tarefa da seção (definição)

Lendo as referências e orientações gerais presentes nessa seção, você e sua equipe deverão estar aptos a definir coletivamente e sistematizar um breve texto respondendo às seguintes questões:

- O que o município entende por educação integral?
- Quais os princípios que orientam a educação integral no município e uma igualmente breve definição sobre cada um deles.

Caso já exista um programa ou política em curso na rede, aproveite a oportunidade para rever aspectos e eventualmente adicionar ou reformular definições gerais.

Dica!

Para qualificar o processo de pactuação da iniciativa e garantir a adesão do maior número de escolas e profissionais da rede, é importante investir em processos dialógicos, que consultem ou envolvam as redes de ensino tanto no âmbito das secretarias quanto das unidades regionais (Diretorias Regionais) e comunidades escolares para identificar convergências, divergências com vistas à qualificar e compreender o processo de formulação da política.

O mesmo vale para processos intersetoriais: não é interessante apenas apresentar a agenda para outras pastas, mas escutá-las nesse processo, colhendo contribuições de outros secretários e equipes de governo.

Seção 2. Educação integral em jornada regular

A ideia do para todos

Por fim, é preciso compreender que a política de educação integral vai muito além da extensão do tempo escolar. Sua importância reside na garantia de que todos os estudantes, independentemente da duração de sua jornada escolar, tenham acesso a uma educação de qualidade que promova seu desenvolvimento integral. **Nesse sentido, é crucial que a equidade esteja no centro das políticas educacionais, assegurando o direito à educação de fato para todos.**

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelecem como um princípio fundamental o direito à educação integral, que, como apresentado na primeira seção deste caderno abrange não apenas a dimensão intelectual, mas também a social, emocional, cultural e física do aluno. Isso significa que a educação integral não se restringe à sala de aula, mas permeia todas as atividades e experiências oferecidas pela escola, tanto na jornada regular quanto na ampliada.

Ao pensar na educação integral de forma abrangente, as políticas educacionais têm o potencial de atender às necessidades específicas de cada criança, adolescente, jovem e adulto, considerando suas características individuais, contextos socioeconômicos e culturais. Isso inclui o acesso a programas e projetos que estimulem o desenvolvimento multidimensional, o fortalecimento da identidade cultural, o pensar e o atuar em diálogo, no e para o território, entre outros pontos discutidos ao longo desta publicação.

Ao ter como chave a educação integral, independentemente da ampliação da jornada escolar, as políticas educacionais atuam pela redução das desigualdades educacionais e sociais. Ao garantir que todos os estudantes tenham acesso a oportunidades de aprendizagem de qualidade, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica, promove-se a equidade e a justiça social no sistema educacional. O tempo entra como chave complementar, justamente para apoiar quem mais necessita.

Portanto, a política de educação integral deve ser pensada de forma integrada e inclusiva, abrangendo tanto a jornada regular quanto a ampliada, e garantindo o atendimento ao **desenvolvimento integral de todos os alunos como um direito constitucional**. Essa abordagem não apenas fortalece o sistema educacional, mas também contribui para a formação de cidadãos mais críticos, conscientes e preparados para recriar a sociedade com dignidade e justiça para todos.

Atenção às ilhas de excelência

É fundamental reconhecer e lidar com a possibilidade de que a implementação de jornadas ampliadas nas escolas não as transformem em ilhas de excelência, isolando determinados grupos de alunos ou perpetuando desigualdades. Embora a ampliação da jornada possa oferecer oportunidades adicionais de aprendizado e desenvolvimento para os estudantes, é importante garantir que todas as escolas, independentemente do tipo de jornada oferecida, tenham acesso aos recursos e apoio necessários para proporcionar uma educação de qualidade. **Por isso, a escolha de por onde começar e quem atender é tão fundamental!** Neste sentido, um **diagnóstico da comunidade escolar e a compreensão sobre o seu território**, apoiam os gestores nas escolhas para o processo de implementação da educação integral comprometida com a equidade.

Pesquisas mostram que na contramão das expectativas de políticas de ampliação da jornada, programas acabaram justamente resultando em disparidades significativas no acesso a oportunidades educacionais, perpetuando desigualdades existentes e marginalizando grupos de alunos, em especial os mais pobres, negros e periféricos. Para evitar isso, é essencial que os recursos e apoios adicionais destinados às escolas sejam distribuídos de forma equitativa e justa, levando em consideração as necessidades específicas de cada comunidade escolar, além de análise criteriosa sobre o público que atendem. A ampliação da jornada deve ser uma escolha política em nome da redução de desigualdades e isso significa enfrentar os desafios associados a esse discurso.

Atenção à estigmatização

Outro ponto fundamental é a necessidade de atentar para que as escolas que combinam turmas em jornadas ampliadas e regulares não tenham grupos de estudantes estigmatizadas ou alvo de preconceitos. É comum que algumas pessoas associem, erroneamente, a oferta de jornadas ampliadas a uma suposta inferioridade dos alunos nelas matriculados - indicando que eles precisariam de esforço extra por conta de suas características. Além de injusta e potencialmente prejudicial aos estudantes, a visão parte de um pressuposto equivocado pois todas as escolas, independentemente do tipo de jornada, têm o potencial de oferecer uma educação de qualidade, desde que recebam o apoio e os recursos necessários para fazê-lo.

Portanto, é essencial promover uma cultura de respeito e valorização de todas as escolas e modalidades de jornada, reconhecendo que cada uma tem seus próprios desafios e potencialidades. Isso inclui **combater estereótipos e preconceitos**, investir na formação e capacitação de professores e gestores, e garantir que todas as escolas tenham acesso aos insumos para oferecer uma educação de qualidade para todos.

Atenção à dicotomia

Por fim, é preciso reconhecer que a implementação de programas de contraturno ou ampliação de jornada não resulte na criação de uma divisão entre a "escola chata" durante o período regular e a "escola legal" no turno complementar. Essa dicotomia pode prejudicar a coesão e o engajamento da comunidade escolar, além de reforçar estigmas prejudiciais sobre a escola regular. Para superar essa divisão, **a resposta está justamente na integração curricular**, manifesta no currículo da rede e no PPP de cada escola (ver Seção 6).

O currículo é estruturante, uma vez que visa unificar e conectar os conteúdos e atividades oferecidos em diferentes períodos da jornada escolar, criando uma experiência educacional coesa e significativa para todos - independente da modalidade ou do tempo que passam na escola. Isso significa que os temas, habilidades e projetos trabalhados durante o período regular devem estar alinhados independente da jornada e complementados pelo que é oferecido no período ampliado ou de contraturno.

Essa abordagem permite que os alunos em tempo integral percebam a continuidade e a relevância de seu aprendizado ao longo do dia escolar, independentemente do período em que estão estudando. Além disso, promove uma visão mais integrada da escola, articulando as diferentes atividades propostas de maneira coerente.

A integração curricular também contribui para valorizar o período regular da escola, mostrando que ele é tão importante e enriquecedor quanto o período ampliado. Isso ajuda a combater a percepção de que apenas o contraturno oferece experiências interessantes e significativas para os alunos, promovendo uma cultura de valorização de todas as atividades educacionais oferecidas pela escola.

Por fim, **a integração curricular pode fortalecer o senso de comunidade e pertencimento dos alunos**, ao criar uma identidade escolar coesa e compartilhada por todos. Ao promover uma abordagem integrada e unificada da educação, podemos garantir que todos os alunos tenham acesso a uma experiência educacional rica, significativa e equitativa, independentemente do período em que estão estudando.



Seção 3. Oportunidades do programa Escola de Tempo Integral

O programa

O Programa Escola em Tempo Integral do governo federal, é uma ação indutora e articuladora do Ministério da Educação-MEC para apoiar os entes federados na criação e/ou transformação de políticas educacionais **de educação integral em jornada ampliada**, qualificando e diversificando as oportunidades educativas para bebês, crianças, adolescentes e jovens de todo o país.

Instituído pela [Lei nº 14.640](#), de 31 de julho de 2023, o programa parte da adesão voluntária dos estados, municípios e do Distrito Federal, e contempla todas as etapas da Educação Básica: creche e pré-escola (Educação Infantil); anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental; e Ensino Médio, com as matrículas nos parâmetros de cálculos do Fundeb.

Seguindo o PNE, o programa considera que a jornada ampliada é aquela em que o estudante permanece na escola **por, no mínimo, 7 horas diárias ou 35 horas semanais**. O tempo integral pode acontecer em dois turnos, desde que não haja sobreposição entre eles.

Referências e instrumentos

Escola em Tempo Integral
[Site oficial do programa.](#)
MEC/ Governo Federal



Resposta Integrada

O programa responde à meta 6 do [Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#) que, infelizmente, está longe de ser alcançada.

O que diz o PNE?

Instituído pela Lei 13.005 que postula o oferecimento de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da Educação Básica.

Referências e instrumentos

Perguntas frequentes

[Relação de informações centrais sobre o programa](#)

MEC/ Governo Federal



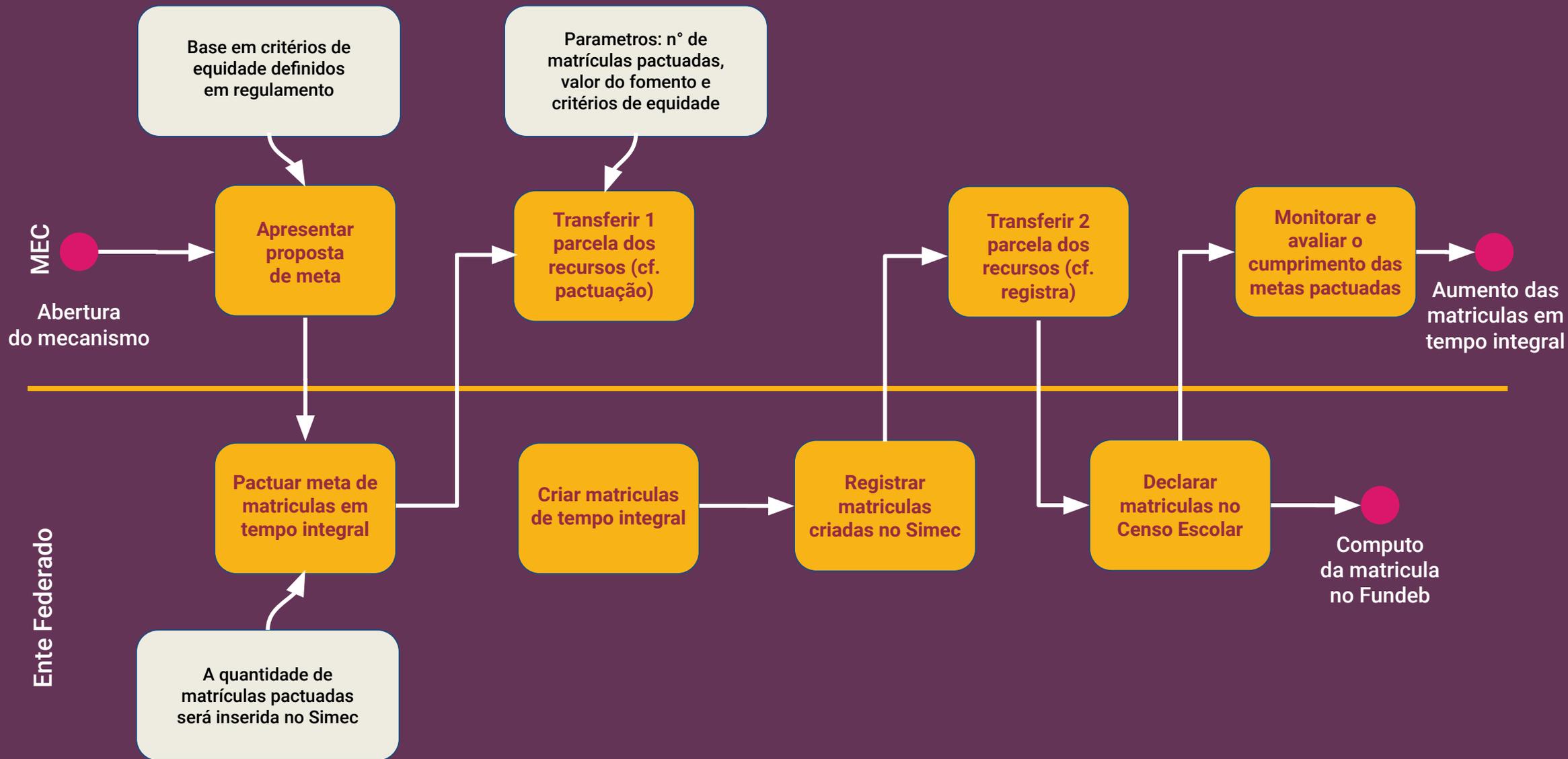
Como funciona?

O programa se organiza em 5 eixos complementares de ação - [Ampliar](#), [Formar](#), [Fomentar](#), [Entrelaçar](#) e [Acompanhar](#) - cada qual com um conjunto de estratégias e ações previstas e algumas delas já em curso.

Como ação central do eixo Ampliar, em regime de colaboração, o programa repassa 50% do valor do fomento no ato de pactuação da matrícula de tempo integral e o restante dos 50% na declaração de criação da matrícula no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - Simec, permitindo a aplicação flexível dos recursos pelos entes. A manutenção das novas matrículas, então, passa a ocorrer a partir do cômputo no Censo Escolar.

A matrícula pactuada e declarada no sistema, precisa, obrigatoriamente ser registrada no Censo Escolar¹ e as transferências de recursos se darão apenas para as matrículas presenciais.

¹ *Do ponto de vista de fomento financeiro, o programa **NÃO** contempla matrículas já identificadas como de tempo integral no âmbito do Fundeb. Contudo, as ações de formação e articulação podem e devem considerar e envolver as demais matrículas da rede.*



Cálculo para valor de fomento

Cada ente recebe um valor de fomento proporcional que deve servir apenas para planejar, organizar e aprimorar a(s) escola(s) de educação integral em tempo integral ou com turmas em jornada ampliada superior a 7 horas diárias **ou** 35 horas semanais².

O cálculo de contribuição dos entes do programa leva em conta o tipo de unidade da federação, sua localização e um peso - de 4 a 1³ - que diz do percentual de avanço de matrículas em tempo integral em cada rede.

² Embora fique a critério da unidade da federação definir em que escolas devem ser investidos os recursos repassados pelo FNDE, estes devem seguir rubricas específicas.

³ Os pesos dizem do número de matrículas faltantes para cada rede alcançar determinados percentuais de matrículas em tempo integral: peso 4 (para alcançar 25%), peso 3 (para avançar de 25% para 50%), peso 2 (para avançar de 50 para 75%) e peso 1 (para avançar de 75% para 100%).

Mecanismo de Fomento (Assistência Financeira)

ABRANGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none">● Todas as etapas da educação básica (todas as matrículas contempladas nos parâmetros de cálculos do Fundeb)
CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none">● Todas as redes de ensino (área de atuação prioritária)● Proporcionalmente à defasagem do percentual de matrículas em tempo integral.
PARÂMETROS PARA O VALOR DO FOMENTO	<ul style="list-style-type: none">● Valor variável, de acordo com a capacidade de financiamento do ente federado (valor mínimo, valor máximo, valores intermediários, considerando o VAAT)
MODELAGEM DA PACTUAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">● Regime de colaboração e autonomia do ente● Repasse de 50% no ato de pactuação da matrícula de tempo integral e 50% na declaração de criação da matrícula no Simec.● Proposta de aplicação flexível dos recursos pelos entes
MANUTENÇÃO DAS NOVAS MATRÍCULAS	<ul style="list-style-type: none">● FUNDEB, a partir do cômputo no Censo Escolar

Fonte: MEC. [Portaria Nº 1.495](#), de 2 de agosto de 2023

Fluxograma de execução do Programa Escola em Tempo Integral



Fonte: MEC. *Manual de execução financeira do programa*, 2023.

Critério sugerido

Embora cada ente tenha liberdade para decidir como investir os recursos e em que escolas (para quais segmentos), em seu texto de apresentação ([Lei nº 14.640](#), de 2023), o programa reforça a importância de responder às iniquidades do sistema.



Fonte: Brasil Escola.

Em seus posicionamentos e materiais, o Ministério da Educação vem reforçando a importância de que o acesso à educação integral em tempo integral seja uma ferramenta concreta para enfrentar desigualdades, focando especialmente em crianças e estudantes negros e negras, indígenas, quilombolas, com deficiências e que historicamente foram alijadas ou não priorizadas pelas políticas educacionais.

Referências e instrumentos

Referências e orientações para debate

[Lançamento de Material de Apoio para Criação de Matrículas com Eficiência e Equidade.](#)

MEC/ Governo Federal



Ponto de atenção!

Diferentes pesquisas nacionais e estrangeiras indicam que há uma tendência a ampliar a jornada escolar em escolas com maior infraestrutura, insumos e em regiões de menor violência - e que tendem atender estudantes com maior perfil socioeconômico e menos desvantagens sociais - gerando o fenômeno conhecido como “ilhas de excelência” e fortalecendo as já presentes iniquidades nas redes. **Na seção 4 deste Material de Apoio apresentamos sugestões e práticas para evitar que isso aconteça.**

Referências e instrumentos

Escola de Tempo Integral - Eixo Ampliar
[Material de Apoio para a alocação e distribuição de matrículas em tempo integral com eficiência e equidade](#)
MEC/ Governo Federal



Ponto de partida

A fim de valer seu caráter indutor, o programa de educação integral tem um **critério ou determinante** para pactuação das matrículas de educação integral, que é que, no ato de pactuação da matrícula, os entes federados declarem (ou tenham declarado) se possuem uma política de educação em tempo integral na perspectiva da educação integral instituída.

Os entes poderão elaborar ou rever políticas existentes até a fase de declaração (art. 5º da [Portaria N° 1.495](#), de 2 de agosto de 2023). Estas deverão ser aprovadas e registradas em ata pelos respectivos conselhos de educação.

Na [seção 3](#) deste *Material de Apoio*, você acessa em maiores detalhes os conteúdos e formas de desenvolvimento de políticas de educação integral.

Referências e instrumentos

[Videoconferência: Orientações para a Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral](#)





Tarefa da seção (Levantamento)

Uma vez que seu município já aderiu ao programa, é importante dimensionar sua evolução no tempo prevista no próprio plano de governo. Por isso, é preciso que você e sua equipe tenham em mãos os seguintes dados e informações:

- Meta de adesão ao programa Escola em Tempo Integral pactuada com o governo federal;
- Metas e disposições referentes à ampliação da jornada escolar, ampliação de matrículas, infraestrutura (qualificação ou construção de equipamentos), alimentação, transporte e insumos, formação docente que estejam demarcadas no Plano Plurianual (PPA) do município;
- Faça o mesmo para a LDO e a LOA vigentes, com especial às rubricas que permitem remanejamento.
- É interessante também ter em mãos as provisões e calendário de execução previstos de eventuais transferências voluntárias do PAR, por exemplo;
- Por fim, é importante levantar normativas (leis, regulamentações, portarias etc) que definam ou apresentem informações sobre educação integral e sobre tempo integral no município.

0439 - Ampliar o número de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica por meio do Programa Escola em Tempo Integral, visando a redução da desigualdade e priorizando os grupos mais vulnerabilizados.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral			
Linha de Base do Indicador		18,2	Unidade de Medida percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		21,6	22,9	24,6	25
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	16,5	17,8	19,6	20
	Região Nordeste	24,1	24,4	24,9	25
	Região Norte	12,2	13,6	15,5	16
	Região Sudeste	22,5	23,4	24,7	25
	Região Sul	18,5	19,8	21,6	22



Meta de ampliação do tempo integral no [PPA do Brasil no quadriênio 2024-2027](#).

Seção 4. Planejamento (Parte 1)

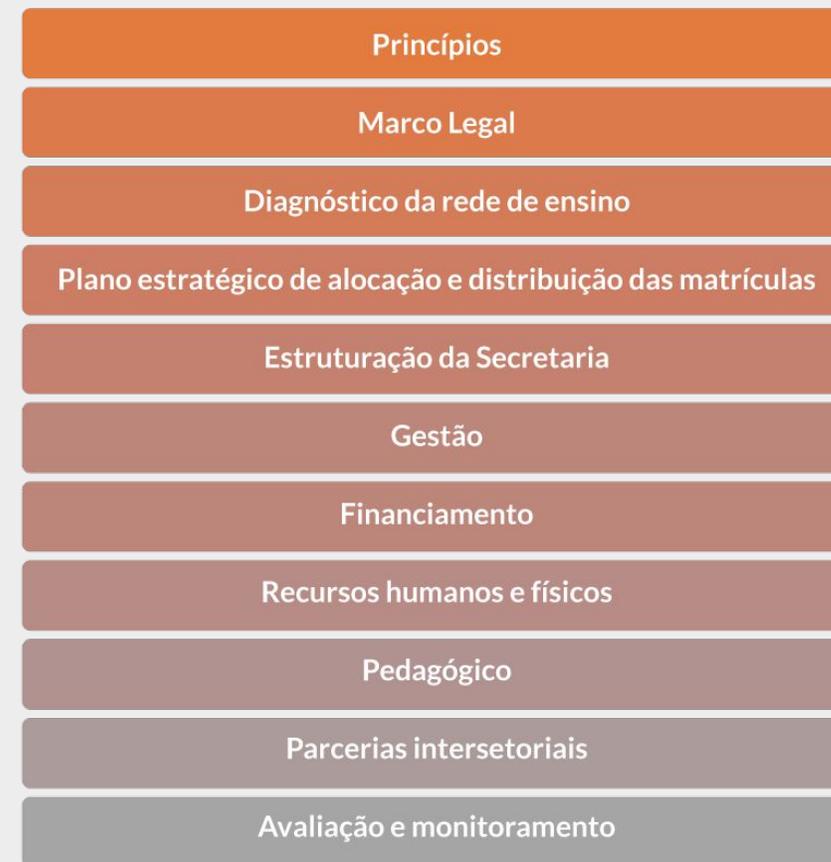
A política de educação integral

Em um município, uma política de **educação integral em tempo integral**, ou com ampliação de jornada, diz de instrumento (normativa ou legislação) que apresente um conjunto de diretrizes e estratégias que indiquem o que aquela localidade entende por educação integral e como buscará garantir essa experiência às suas crianças e estudantes.

Idealmente, essa política deve conter a descrição das ações que serão realizadas pelo município e escola(s) para dar condições não apenas a uma jornada escolar mais longa e diversificada, incluindo atividades extracurriculares, refeições, apoio pedagógico, esportes, cultura e lazer, mas à materialização da concepção curricular orientadora que deverá reger também as escolas em jornada regular.

Além disso, deve considerar a formação adequada de professores e gestores, infraestrutura, gestão transparente dos recursos financeiros e avaliação constante para garantir a qualidade e efetividade de suas ações.

Sugestão: eixos de uma política de educação integral



Nota: Cada eixo deve ser compreendido como interdependente dos demais. Fonte: MEC. Guia para a alocação e distribuição de matrículas em tempo integral com eficiência e equidade, 2023.

O que contém o texto de uma política

Normalmente, o texto de uma política contém informações essenciais para orientar as ações do governo - do gabinete às escolas, dos parceiros internos (outras secretarias, departamentos) e externos (instituições da comunidade, por exemplo) e dos próprios beneficiários.

A estrutura desse texto pode variar bastante, mas normalmente segue um desenho lógico. Abaixo apresentamos a proposta de estrutura recomendada pelo Ministério da Educação:

1. Diretrizes da educação integral em tempo integral;
2. Definição de estrutura e equipe técnica da secretaria responsável pela Política;
3. Organização dos tempos/jornada escolar;
4. Definição dos espaços e de suas melhorias;
5. Definição dos profissionais da educação e sua jornada;
6. Definição das fontes de financiamento da Política;
7. Diretrizes para a matriz curricular;
8. Diretrizes para a intersectorialidade e a articulação com o território;
9. Estratégia de monitoramento e avaliação.

Referências e instrumentos

[Guia para Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral](#)
Ministério da Educação

Educação Integral Na Prática

[Módulo de formação para equipe gestora da Secretaria no desenvolvimento inicial da Política de Educação Integral.](#)

Centro de Referências em Educação Integral



Processo de pactuação

Ao pactuar uma política educacional, é essencial adotar uma abordagem **colaborativa e participativa**, envolvendo todas as partes interessadas. A colaboração entre os diversos segmentos, incluindo as equipes escolares, outras secretarias municipais ou departamentos e equipamentos e, sempre que possível, as famílias e os estudantes, é fundamental para garantir a efetividade da implementação das ações.

A construção **coletiva** desse processo não apenas fortalece o senso de comunidade e pertencimento, mas também promove uma **compreensão mais ampla das necessidades e realidades locais**. O envolvimento das escolas e demais agentes educacionais desde o início possibilita a **identificação de desafios e a busca por soluções mais adequadas e contextualizadas à cada realidade**.

Referências e instrumentos

[Proposta de Educação Integral da Secretaria Municipal de Educação de Manaus](#) construída de forma colaborativa com a participação de escolas, equipe técnica da secretaria, sociedade civil organizada e universidades.

Projeto Político Pedagógico referência a partir da construção da política
[PPP da EMEF Waldir Garcia, Manaus](#)



Ao mesmo tempo, definir claramente os princípios e diretrizes centrais da política educacional é um ponto de partida essencial. **Esses princípios devem orientar a construção ou revisão dos currículos da rede e dos projetos políticos pedagógicos das escolas, garantindo uma coerência e alinhamento em todo o sistema educacional.** Essa clareza proporciona um norte mais seguro para a implementação das ações propostas, além de facilitar a avaliação e ajustes necessários ao longo do caminho.

Portanto, ao pactuar uma política educacional, é crucial promover uma **cultura de diálogo**, colaboração e participação, reconhecendo a importância de todas as partes interessadas no processo educacional. Somente dessa forma será possível construir um sistema educacional de fato mais justo, equitativo e que atenda verdadeiramente às necessidades de todos os envolvidos.

Referências e instrumentos

Educação Integral da Prática

[Desenho inicial da Política de Educação Integral](#)

Centro de Referências em Educação Integral





Tarefa da seção (Planejamento e Redação)

Com os materiais em mãos, é hora de começar a redação da política de educação integral. O texto, depois, deverá ser pactuado/ validado e aprovado com o Conselho Municipal de Educação, seguindo os termos do regimento específico de cada ente/ localidade.

Ao longo deste Material de Apoio, você e sua equipe serão convidados a preencher e realizar tarefas que o apoiarão nesta redação.

Nesta primeira seção, você(s) deverá(ão) indicar:

- O que o município compreende por educação integral (com entendimento preferencialmente construído e pactuado com as escolas);
- Por que ampliar a jornada no município? E se há desejo/ metas de ampliação progressiva;
- O que o município já tem (dispositivos, normativas, programas) que dialoga com a agenda de educação integral.

Dicas!

Aqui disponibilizamos o [GUIA PARA A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL](#)

elaborado pelo Ministério da Educação. O documento apresenta caminhos para apoiar o processo de escrita das diretrizes que orientarão a Política

Ao longo deste Material de Apoio, você(s) será(ão) orientado(s) a retornar ao documento para indicação de outras informações;

IMPORTANTE! Mesmo após aprovada a política - ainda que esta contenha um desenho inicial - ela poderá ser revista depois e/ou qualificada com decretos ou portarias complementares.

Seção 5. Ampliação de matrículas

Matrículas em tempo integral e equidade

A busca pela equidade na ampliação da jornada escolar surge como uma resposta aos desafios de desigualdade educacional presentes em nossas redes. A educação em tempo integral, se bem planejada, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria dos resultados de proficiência e desenvolvimento dos estudantes. No entanto, é essencial garantir que essa expansão seja feita de maneira equitativa, levando em conta as especificidades e necessidades de diferentes grupos.

Isso significa:

- **Priorizar regiões e estudantes vulneráveis**, utilizando indicadores socioeconômicos e considerando a disponibilidade territorial de outros serviços e atendimentos (exemplos: famílias atendidas pelo bolsa família; pelos Centros de Acolhida; pelos Programas Sociais do município, entre outros);

Referências e instrumentos

Seminários MEC

[Lançamento de Guia para Criação de Matrículas com Eficiência e Equidade.](#)
MEC/ Governo Federal



- Alinhar os **projetos pedagógicos** com as demandas dos estudantes e da comunidade local;
- Promover **estratégias de gestão** e **práticas pedagógicas** comprometidas com o **enfrentamento das desigualdades**, construindo um ambiente escolar inclusivo e valorizador das diversidades;
- Incentivar a participação ativa das equipes escolares no processo de decisão, garantindo **gestão democrática** e engajamento dos diretores na transformação da educação;
- Considerar **critérios infraestruturais e de pessoal da rede**, como a remoção de professores e a centralização de processos, para uma implementação eficiente da ampliação da jornada sem prejudicar a jornada regular.

Referências e instrumentos

Escola de Tempo Integral - Eixo Ampliar
[Guia para a alocação e distribuição de matrículas em tempo integral com eficiência e equidade](#)
MEC/ Governo Federal



Matrículas em jornada regular e equidade

Além da ampliação da jornada escolar, é crucial que as decisões em relação à concepção de uma educação integral estejam refletidas também na jornada regular. A integração desses princípios ao currículo escolar e aos Projetos Políticos Pedagógicos das redes e escolas é essencial para garantir a equidade, **independentemente da duração da jornada.**

Isso significa que a promoção de uma educação integral deve considerar não apenas a extensão do tempo de permanência dos alunos na escola, mas também a qualidade e a diversidade das experiências de aprendizagem oferecidas ao longo de todo o período escolar.

Isso significa enfrentar - a partir do currículo, das práticas pedagógicas e de gestão na secretaria e nas escolas - os **vários passivos existentes** na educação brasileira. A partir de uma agenda de educação integral, investe-se em **ações antirracistas, anticapacitistas e pela afirmação das diversidades de gênero, sexualidade e territoriais.**

Referências e instrumentos

Educação Decolonial: o Futuro da Escola é Ancestral

[Site oficial do programa.](#)

Avante/ Centro de Referências em Educação Integral

Seminários MEC

[Educação Integral como reparação histórica, equidade e currículo marcam painel do MEC em Cuiabá \(MT\)](#)

Centro de Referências em Educação Integral

Tecnologia educacional
[Gestão da Educação para a Equidade Racial](#)

Itaú Social



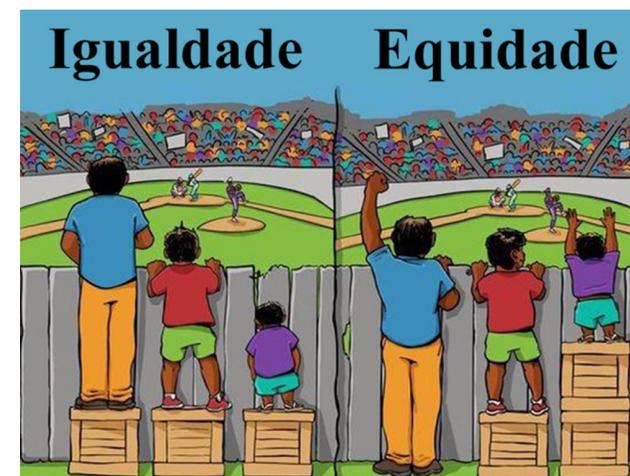
Formas de atendimento

A ampliação de jornada escolar pode ocorrer de duas formas de atendimento aos estudantes:

- a) em turmas de educação em tempo integral e turmas de tempo regular (parcial) em uma mesma escola
- b) em escolas cujas turmas estão todas em tempo integral, também chamadas de escolas de tempo integral.

Reflexão fundamental!

Olhar para essas perguntas conectadas é o caminho para evitar as ilhas de excelência.



Fonte: Autoria desconhecida In. MEC. [Guia para a alocação e distribuição de matrículas em tempo integral com eficiência e equidade](#), 2023.

Estas formas podem coexistir em uma mesma secretaria; ou seja, é possível ter escolas com turmas em tempo regular e ampliado e escolas de tempo integral. Escolher os modelos depende de um conjunto de fatores, normalmente interconectados. **Listamos aqui 4 fatores essenciais:**

- perfil dos estudantes: quem necessita mais da ampliação da jornada?
- perfil das escolas: que escolas têm maior capacidade estrutural, pedagógica e de insumos para ampliar a jornada? E que escolas não têm, mas atendem clientela que se beneficiaria da jornada ampliada?
- capacidade de investimento da secretaria de educação: provisões existentes e capacidade de remanejamento presente no PPA, LOA e LDO;
- desenho territorial: localização de ofertas e serviços complementares à educação que possam apoiar a agenda de educação integral.

Processo de expansão planejado

Para isso, é preciso entender e organizar qual será o projeto de oferta do tempo integral e da educação integral em jornada regular no curto, médio e longo prazo, buscando responder não apenas à meta imediata (pactuada no âmbito do programa federal), mas o plano de ampliação via programa, em anos subsequentes e à política do município em si, inclusive buscando recursos próprios.

Por isso, o ponto de partida fundamental é compreender a rede em profundidade - compreendendo em detalhes os 4 fatores essenciais para o planejamento das matrículas. **Vale lembrar que além de fornecer a base para o planejamento do tempo integral, um bom diagnóstico contribui para a identificação dos pontos mais frágeis da educação no município.** A partir dele, é possível inferir, por exemplo, como vivem e estudam as crianças em maior situação de vulnerabilidade social de uma determinada região e atuar de fato em prol da equidade.

Diagnóstico

Perfil dos estudantes/ escolas

Condições financeiras da Secretaria de Educação

Dados educacionais (gerais) da rede

Informações sobre os profissionais da educação

Dados infraestruturais e de recursos das escolas e territórios onde estão localizadas

Importância do diagnóstico

Ao compreender profundamente o contexto em que as escolas estão inseridas, **é possível identificar desafios e potencialidades que influenciam diretamente o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos**. Avaliar a infraestrutura física das escolas permite identificar necessidades urgentes de melhorias, como salas de aula adequadas, acesso a recursos tecnológicos e condições sanitárias, garantindo um ambiente propício para o ensino e aprendizagem. Além disso, analisar o perfil e as condições de trabalho dos professores é essencial para compreender a capacidade da equipe em lidar com a ampliação da jornada escolar, bem como identificar necessidades de formação e suporte pedagógico.

Referências e instrumentos

[Educação Integral Na Prática: Diagnóstico na Educação Integral em Jornada Ampliada](#)



Estudar os indicadores educacionais e os perfis socioeconômicos dos alunos permite identificar grupos vulnerabilizados que necessitam de maior atenção e apoio. Isso inclui avaliar o acesso à alimentação, transporte, saúde e outras necessidades básicas que podem impactar diretamente o desempenho escolar. Dessa forma, **um diagnóstico detalhado da rede e das escolas é um passo fundamental para garantir que a expansão de matrículas em tempo integral seja realizada de forma equitativa e eficaz**, proporcionando oportunidades de aprendizagem de qualidade para todos os alunos.

Processo de expansão planejado

Vejamos em mais detalhes:

Condições financeiras da Secretaria de Educação	Documentos coletados na seção 2 deste Material de Apoio (PPA, LOA, LDO, Política de educação integral existente, normativos de programas)
Dados educacionais (gerais) da rede	Quantos estudantes estão em tempo integral; há demanda aferida por jornada ampliada no município - e onde? em quais modalidades?
Dados infraestruturais e de recursos das escolas e territórios onde estão localizadas	Onde estão localizadas as escolas? Como é a condição infraestrutural delas? Como é a malha de serviços públicos e socioeducativos e assistenciais do território onde estão? Quantos estudantes têm em cada escola? Há espaços na escola para a criação de outros ambientes de aprendizagem? Quais modalidades são oferecidas em cada escola?
Informações sobre os profissionais da educação	Quais e quantos profissionais (professores, merendeiras, auxiliar administrativo, profissionais de apoio etc) por escola? Com qual carga horária e sob qual regime de contratação? Qual a viabilidade de remuneração para dedicação exclusiva destes profissionais?
Perfil dos estudantes/ escolas	Quantos estudantes por escola/ modalidade? Quantos são beneficiários pelo bolsa família ou outros programas assistenciais? Quantos utilizam transporte escolar? Quais as proficiências (níveis) destes estudantes? Qual a percepção de gestores e professores sobre a ampliação da jornada?



Instrumentos

[Compêndio de dados da rede](#)

[Mapeamento de políticas e programas](#)

[Relatório técnico de visita a OSCs](#)

[Checklist de condições estruturantes](#)

[Compêndio de dados da escola](#)

Tarefa da seção (Levantamento)

Dando sequência às atividades, é hora de levantar os dados da rede.

- Embora entendendo todas as informações como fundamentais, destaca-se a necessidade dos **levantamentos de dados das escolas e da rede** (este sendo a agremiação do das escolas) como prioritários e primordiais. Para apoiar e agilizar os processos e envolver as escolas no planejamento da política, recomenda-se que os dados de cada escola sejam levantados pelas equipes de cada unidade de ensino;
- Com os dados em mãos é hora de traçar um plano de oferta e expansão, indicando as escolas/ estudantes atendidos no curto, médio e longo prazo. As informações devem ser sistematizadas e compor o texto-base da política.

Dicas!

Vale utilizar os modelos disponíveis para levantamento dos dados, indicados na página anterior. Mas os dados também podem ser levantados e organizados em tabelas via Indicadores Educacionais, Censo Escolar e Ideb, disponibilizados no site do Inep;

Recomendamos, também, os instrumentos para autodiagnóstico das escolas, do programa Melhoria da Educação e que pode ser um instrumento simples para as escolas produzirem dados ilustrativos referentes às condições de ensino e aprendizagem da rede;

Com base no planejamento, é importante organizar a projeção de atendimento (expansão) da política;

O diagnóstico pode e deve ser feito como estratégia de monitoramento da política de educação integral, assegurando que a produção de dados se instaure como parte de uma cultura institucional. Outro aspecto a ser considerado é a disponibilização das informações produzidas à sociedade, já que podem ser relevantes para o exercício da participação e do controle social.

Seção 6. Currículo, PPP e formação continuada

O xis da questão

O currículo na Educação Integral transcende a ideia de transmissão de conteúdos, assumindo o compromisso com o desenvolvimento integral do aluno em suas diversas dimensões: física, social, emocional, intelectual e cultural. Como apresentam Weffort, Andrade e Costa (2019), “quando o que se defende é a concepção de Educação Integral, a escola é concebida como espaço de produção de conhecimento, pesquisa, construção de valores, participação coletiva e desenvolvimento da autonomia de alunos e profissionais.” Ou seja, **o currículo é ao mesmo tempo o guia orientador desse processo e produto dele**, uma vez que, como afirma Sacristán (2000), sua estruturação e aplicação concretas se dão nas práticas e ações cotidianas. **O currículo é a chave que materializa a educação integral.**

Referências e instrumentos

Conviva Educação
[Currículo e Educação Integral](#)
UNDIME/ Conviva



Dessa forma, defende-se:

Abordagem interdisciplinar: Integra diferentes áreas do conhecimento, promovendo a interconexão dos saberes e a construção de uma visão crítica e abrangente do mundo.

Articulação com a realidade local: Leva em consideração o contexto social, cultural e econômico das crianças e dos estudantes, promovendo aprendizagens significativas e relevantes para suas vidas.

Abordagem sistêmica: Prioriza o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico, da criatividade e da responsabilidade social.

Flexibilidade: Atenção sistemática às necessidades e interesses dos alunos, considerando suas diferentes realidades e formas de aprender;

Cultura participativa: Envolve alunos, professores, gestores, famílias e comunidade em sua construção, garantindo um processo democrático e inclusivo;

Avaliação formativa: É revisto pela comunidade, que se apropria de sua aplicação cotidiana.

Referências e instrumentos

Currículo na Educação Integral

[Caderno 1: Uma referência para estados e municípios](#)

[Caderno 2: Como fazer](#)

[Documento conceitual: Princípios para a aprendizagem profunda, ativa e significativa](#)

Centro de Referências em Educação Integral



Aprendizagem

Na Educação Integral, compreende-se que

*“Não há um único e melhor modo de ensinar a todos. Propostas pedagógicas de qualidade são aquelas que efetivamente consideram as necessidades e possibilidades de aprendizagem dos sujeitos para os quais se destinam. Por isso é fundamental que os professores aprendam a avaliar o conhecimento prévio de seus alunos, para que possam ampliar o repertório de propostas desenvolvidas na sala de aula, na escola como um todo, no **território educativo**. Nesse sentido, é fundamental que as equipes gestoras (da escola e da rede) estimulem processos formativos que contribuam para o repertório didático-pedagógico de seus professores.” (Weffort, Andrade e Costa, 2019).*

Nessa perspectiva, a ideia é que a aprendizagem responda ao **“direito à construção coletiva, significativa, pertinente e relevante do conhecimento** para os sujeitos da educação e para o mundo contemporâneo” (Idem).

Ciclo de aprendizagem contínua

Compartilhar e comunicar a aprendizagem para outros; comparar o que se sabia antes e o que se aprendeu; refletir sobre erros, acertos, desafios, facilidades e dificuldades; deixar claro para você mesmo o que e como você aprendeu e que dúvidas ou questões você ainda tem.

Imaginar, observar, questionar a partir do contexto dos estudantes: seus conhecimentos prévios, suas características, suas práticas culturais, seu território de identidade, seus sonhos, suas hipóteses, suas ideias, sentimentos e percepções.



Pesquisar, comparar, relacionar, descobrir, experimentar, criar, colocar-se no lugar do outro, praticar diversas formas de colaboração e desenvolver pensamento e repertório pelas diversas estratégias de estudo.

Como expressa a BNCC, todas as áreas do conhecimento contribuem para o desenvolvimento integral e aprendizagem das crianças e estudantes. E as perguntas mobilizadoras desse processo devem ser (nessa ordem) **por que, o que, como, quando, para quem e por quem ENSINAR E AVALIAR?**



Linguagens: comunicação eficaz, pensamento crítico e valorização da diversidade.



Matemática: raciocínio lógico, resolução de problemas, criatividade e pensamento crítico.



Artes: expressividade, criatividade, sensibilidade estética e cultural.



Ciências Humanas: consciência histórica e social, respeito à diversidade cultural, pensamento crítico e cidadania.



Ciências da Natureza: investigação científica, compreensão do mundo natural, responsabilidade socioambiental e pensamento crítico.



A prática comum a todas as áreas é a investigação como atitude crítica de pesquisa intencional e sistemática sobre o mundo.



Educação Física: desenvolvimento físico, motor e social, saúde integral, trabalho em equipe e respeito à diversidade.

Referências e instrumentos

Mudança de paradigma
Na Educação Integral, então, o foco vai além do conteúdo em si e considera o que a área mobiliza enquanto contribuição à formação integral dos estudantes.



A proficiência

Nessa perspectiva, a discussão sobre proficiência vai além da mensuração do desempenho dos alunos em testes padronizados. Ao mesmo tempo em que reconhece-se que os estudantes precisam saber ler, escrever, falar, interpretar, discutir, debater, inventariar, realizar operações matemáticas, sistematizar... entende-se que eles precisam ter essas habilidades em função de objetivos maiores que dizem do estabelecimento e construção de relações sociais justas, solidárias e sustentáveis para si próprios e para os outros.

Ou seja, na Educação Integral a proficiência é sim compreendida como fundamental - mas não alijada de um projeto educativo cujos objetivos devem responder ao que se deseja construir como escola, sociedade e país.

Nesse sentido, discute-se o papel das avaliações externas e a função que desempenham na política educacional. Reconhecidas como necessárias para mensurar as ações da rede (e do país), os testes padronizados não podem ser entendidos como sinônimo de qualidade da educação e nem como marcador do desenvolvimento do estudante. Discussão que retomaremos na seção 8. Indicadores de Monitoramento e Avaliação deste Material de Apoio.

Referências e instrumentos

Educação Decolonial: o Futuro da Escola é Ancestral

[Site oficial do programa.](#)

Avante/ Centro de Referências em Educação Integral



Compreendendo o todo



A Educação, enquanto projeto de sociedade, deve garantir a aprendizagem e o desenvolvimento integral de todas as crianças e estudantes. Para isso as áreas de conhecimento devem ser compreendidas a partir do seu potencial formativo, ou seja, das linguagens, códigos e métodos próprios a cada uma delas. Para mobilizar o desenvolvimento integral associado às aprendizagens escolares, os conhecimentos das áreas são trabalhados a partir da diversificação das interações com recursos, pessoas, espaços e tempos, de forma contextualizada. A proficiência na educação integral implica, portanto, não apenas na capacidade dos sujeitos de reproduzir modelos prontos e responder a testes de múltipla escolha, mas de produzir conhecimento de forma crítica, complexa e autônoma.

PROJETO DE EDUCAÇÃO



Elaboração: Cidade Escola Aprendiz

Princípios da aprendizagem na Educação Integral

De forma complementar, Weffort, Andrade e Costa (2018) apresentam que, embora sejam muitos os caminhos das pedagogias, existem alguns pontos razoavelmente consensuais a respeito do aprender e ensinar. Para as autoras, “a concepção de aprendizagem para o desenvolvimento integral deve levar em conta o saber acumulado do campo interdisciplinar de conhecimento sobre as ciências da aprendizagem¹. Esse vasto corpo de conhecimento permite afirmar princípios como:

- Consideração dos conflitos (cognitivos e sociais) como elemento mobilizador da aprendizagem;
- Estabelecimento de relações intencionais e formalizadas (registradas) entre conhecimentos prévios e experiências atuais;
- Criação de desafios ambiciosos e significativos que reflitam como o conhecimento é construído no seu campo social e que criem pertinência, sentido e contexto para o uso da linguagem acadêmica e científica nas situações de estudo;

¹Referências in Weffort, Andrade e Da Costa. [Princípios para a aprendizagem profunda, ativa e significativa](#) (2018).

- Construção de problemas para estudo e investigação em sala de aula, a partir do que se observa no território (contexto, condições, saberes locais se tornam objeto de conhecimentos acadêmicos, ou seja, no estudo, ocorre a elaboração conceitual, formal, intencional e sistemática dos temas, fenômenos e processos vividos no cotidiano);
- Construção de situações de experimentação em que os estudantes sejam convidados a criar, colaborar, elaborar, testar, avaliar, registrar e comunicar suas hipóteses;
- Ênfase no desenvolvimento de um pensamento estratégico, autoconsciente, nas diferentes situações de estudo (autoconhecimento e metacognição);
- Prática de documentação processual e contínua para valorização da reflexão e tomada de consciência sobre o erro, a revisão de hipóteses de ensino-aprendizagem, para tornar mais autônoma (autorregulada) e mais visível a aprendizagem dos estudantes e aos próprios estudantes.

- Atenção à diversidade, aos diferentes tipos de agrupamentos e aos potenciais dos diferentes estudantes e de suas formas de aprender;
- Compreensão de que a motivação dos estudantes também se relaciona ao quanto se sentem pertencentes; ao quanto às propostas de estudo e de trabalho são construídas com base naquilo que os estudantes têm capacidade de fazer e têm a disposição para fazer, pois percebem ou são sensibilizados sobre sua relevância;
- Compreensão de que os arranjos espaciais do ambiente educativo e o tempo das atividades didático-pedagógicas condicionam fortemente a qualidade e os tipos de aprendizagem.”

Práticas pedagógicas e de gestão

Estas aprendizagens, então, no currículo da educação integral se constroem a partir de práticas pedagógicas (e de gestão) que se dão no cotidiano das ações escolares. Retomando Sacristán (2000) e Arroyo (2013), o currículo não é apenas a normativa - a matriz organizadora - mas aquilo que se expressa e se constrói na “vida vivida” das comunidades escolares:

Intencionalidade pedagógica clara e compartilhada



Gestão de aprendizagens com metodologias ativas



Múltiplos modos de interação com os conteúdos de ensino e de aprendizagem

Na Educação Integral, a intencionalidade se expressa a partir de **metodologias ativas** (que envolvem e apoiam o estudante) e em diálogo com os **saberes, espaços e agentes dos territórios** (da escola, da comunidade, do município).

Referências e instrumentos

Série Mais Educação

[Rede de Saberes - Mais Educação](#)

Ministério da Educação

Currículo na Educação Integral

[Território Educativo para gestores educacionais e escolares: Como relacionar Território e Currículo?](#)

Centro de Referências em Educação Integral

Organização da proposta curricular da Educação Integral

[Passo a Passo Mais Educação - organização dos Macrocampos](#)



Um processo integrado

Como apresenta o [texto](#) abaixo, *Como elaborar uma proposta pedagógica com foco em Educação Integral?*, retirado da Plataforma do Centro de Referências em Educação Integral,

*“Na perspectiva da educação integral, **a proposta pedagógica é o grande alicerce para que a escola faça as conexões e articulações necessárias para compreender o sujeito em toda sua complexidade.** Para que esse sujeito não vivencie a aprendizagem de forma estanque e compartimentalizada e para que ele esteja em plena integração com a sua comunidade e com as pessoas que nela convivem, é preciso que a escola defina um ponto de partida e sua missão, fundamentando os passos a serem seguidos por toda a comunidade escolar.”*

Referências e instrumentos

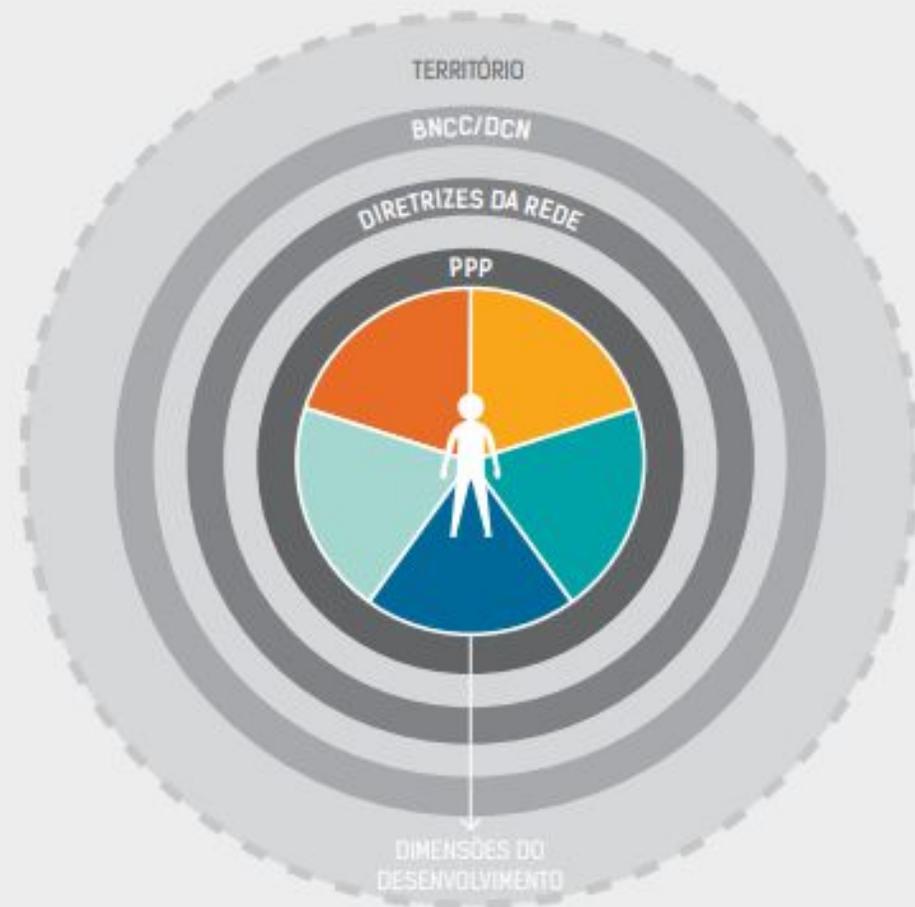
Seminários MEC

[Ciclo de Seminários do Programa Escola em Tempo Integral MEC](#)



Educação Integral nas Infâncias
[Pressupostos e práticas para o desenvolvimento e aprendizagem de crianças de 0 a 12 anos](#)





Fonte: Centro de Referências
em Educação Integral

Práticas Pedagógicas

Assim, na relação professor(a)-estudantes, educador(a)-educandos, combinam-se possibilidades de práticas pedagógicas e estratégias didáticas, a depender das necessidades do coletivo e do que está pactuado no PPP de cada unidade.

Um caminho é a discussão da pedagoga Délia Lerner que defende que os tempos da escola devem ser regidos com uma combinação de modalidades organizativas, que articulam situações fundamentais para a aprendizagem. Para a pesquisadora, as modalidades servem à superação da fragmentação do conhecimento, combinando estratégias didáticas que favorecem a autonomia e a construção autoral (de cada estudante, de cada turma e cada professor) do processo educativo.

Práticas Pedagógicas

Nos diferentes espaços e tempos de aprendizagem da escola, existem ainda estratégias didáticas e metodológicas para:

- Estimular e viabilizar a participação, como assembleias, comissões de organização da escola, grêmios, conselhos, APM, reuniões;
- Organizar as turmas e trabalhos de acordo com as necessidades: por quantidade de estudantes, por perfil de estudantes, em idades mistas etc.;
- Pensar a avaliação do coletivo e do indivíduo: avaliações somativas, avaliações formativas, avaliações negociadas, autoavaliação;
- Organizar a experiência do estudante em relação ao conhecimento: experimentação, roteiros de pesquisa, memorização, estratégias individualizadas/ personalizadas; por tutoria ou educação entre pares...

Referências e instrumentos

Educação Integral Na Prática
[Mandala de Saberes](#) -
estratégia e passo a passo
simplificado para organização
curricular das práticas
pedagógicas
*Centro de Referências em
Educação Integral*

Material
[Práticas Pedagógicas para a
Educação Integral](#)
*FSM, Itaú Social, CENPEC,
Centro de Referências em
Educação Integral*

Territórios em Rede
[Reflorestar o imaginário](#)
*Instituto Tomie Ohtake, Cidade
Escola Aprendiz*



... são MUITAS as dinâmicas que envolvem o cotidiano escolar e as experiências de ensino e aprendizagem e, portanto, é preciso reconhecer o lugar de autoria dos professores, com apoio da coordenação pedagógica da escola que deve ter como principal instrumento o projeto político pedagógico da unidade.

Referências e instrumentos

Cidades Educadoras
Currículo da Cidade
Educadora
Cidade Escola Aprendiz



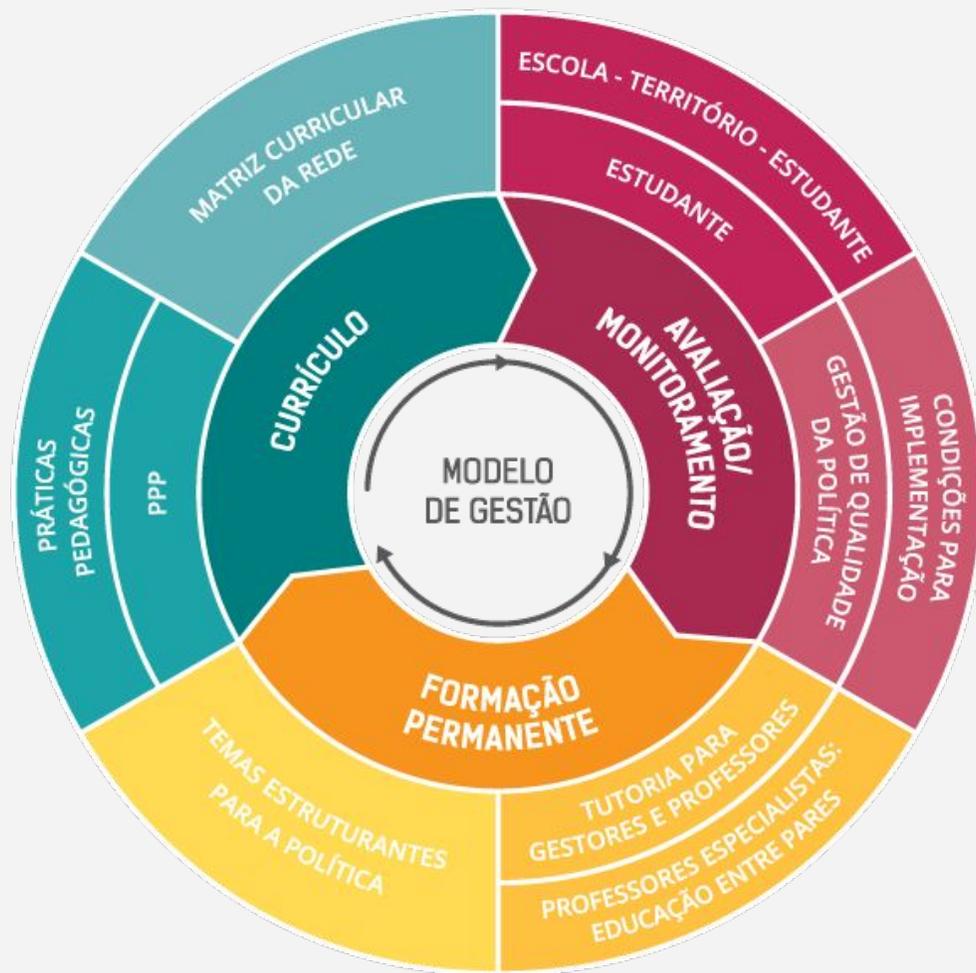
Uma estratégia rede-escolas

Mas, para que as escolas funcionem em rede é preciso que as redes de ensino assumam seu papel na construção do currículo para a Educação Integral, atuando como instâncias de orientação e articulação entre os diferentes níveis de organização do sistema educacional.

Nessa perspectiva, a rede de ensino deve:

- definir as **diretrizes curriculares** que norteiam a construção dos currículos nas escolas, assegurando coerência e alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as políticas públicas educacionais;
- oferecer **formação continuada** aos professores e demais profissionais da educação, capacitando-os para a implementação da Educação Integral e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes às diretrizes centrais e ao PPP das unidades;
- **acompanhar e avaliar** a implementação do currículo nas escolas, orientando e apoiando as unidades escolares na superação de desafios e na busca pela qualidade da educação.

Territorialização As redes de ensino também articulam a Educação Integral com as políticas públicas territoriais, promovendo a integração da escola com a comunidade e com os diferentes serviços públicos.



Fonte: Centro de Referências em Educação Integral

A política curricular

1- O currículo para a Educação Integral deve ser construído de forma coletiva e participativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, incluindo:

- **Professores** como responsáveis pela seleção e organização dos conteúdos, metodologias e estratégias de ensino-aprendizagem;
- **Gestores** que devem garantir a infraestrutura e os recursos necessários para a implementação do currículo;
- **Alunos** que são convidados a participar ativamente do processo, expressando suas necessidades e interesses;
- **Famílias**, que contribuem com suas experiências e saberes, fortalecendo a relação entre escola e comunidade.

Referências e instrumentos

Currículo e Educação Integral na Prática
[Caderno 2: Como fazer Centro de Referências em Educação Integral](#)

Dica!
Sugere-se fortemente a utilização deste material que contém um passo a passo que organiza um conjunto de instrumentos complementares e de referência.



2- O currículo municipal deve ser parte da política de educação integral e, portanto, deve ser construído com base nas diretrizes da mesma. Esse processo de elaboração deve seguir alguns passos lógicos ou fases:

- a. Diagnóstico: análise da realidade sociocultural do contexto escolar e das necessidades dos alunos.
- b. Definição de objetivos: definição dos objetivos de aprendizagem e das competências que os alunos devem desenvolver.
- c. Seleção de conteúdos: seleção de conteúdos relevantes e significativos para a formação integral dos alunos.
- d. Organização Curricular: organização dos conteúdos em eixos temáticos, áreas de conhecimento e projetos de aprendizagem.
- e. Avaliação: avaliação contínua do processo de ensino-aprendizagem e do impacto do currículo na formação dos alunos.

Referências e instrumentos

Alguns currículos municipais e PPPs para referência

[Currículo da Rede Municipal de Tremembé \(SP\)](#)

[Currículo jundiaiense](#) para Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos (SP)

[Currículo Municipal de Almirante Tamandaré \(PR\)](#)
[Currículo da Cidade Educadora de São Paulo \(SP\)](#)

[PPP Ciei Uruçuca](#), em Serra Grande (BA)

[GET Dorcelina Gomes da Costa](#), no Rio de Janeiro (RJ)

[EMPOEINT](#), em Belo Horizonte (MG)

[EMEF Waldir Garcia](#), em Manaus (AM).



A política curricular

3. O currículo para a Educação Integral deve ser flexível e aberto, permitindo adaptações às necessidades específicas de cada escola e comunidade. Nessa perspectiva, deve-se estabelecer um relação entre a Matriz Curricular da Rede e da Escola com atenção à:

complementaridade: a matriz curricular da rede define os conteúdos e objetivos de aprendizagem que devem ser contemplados no currículo de cada escola. As escolas, por sua vez, têm autonomia para elaborar suas propostas pedagógicas, complementando a matriz curricular da rede com conteúdos e atividades e estabelecendo estratégias que atendam às necessidades específicas de seus alunos e de seu contexto .

autonomia e articulação: essa relação entre a matriz curricular da rede e da escola garante autonomia às escolas na construção de suas propostas, ao mesmo tempo que assegura a coerência e a articulação entre os diferentes níveis de organização do sistema educacional. *Por exemplo, a matriz curricular da rede pode definir os conteúdos básicos de matemática para o Ensino Fundamental I. A escola, por sua vez, pode complementar esses conteúdos com atividades que explorem a matemática no contexto local. Ou a matriz curricular da rede pode definir os objetivos de aprendizagem para a área de Artes. A escola, por sua vez, pode escolher as linguagens artísticas que serão trabalhadas em cada ano letivo, de acordo com os interesses dos alunos e com os recursos disponíveis.*

colaboração: A articulação entre a matriz curricular da rede e da escola exige colaboração permanente entre os diferentes profissionais da educação, desde os professores e gestores escolares até os técnicos das redes de ensino. Essa articulação garante a construção de um currículo para a Educação Integral que seja coerente, relevante e de fato mais eficaz, uma vez que a pactuação é um processo formativo e que parte da autoria dos sujeitos da comunidade escolar.



Tarefa da seção (Planejamento Coletivo)

- No desenho da política, é preciso indicar os objetivos curriculares da educação integral para o município, que deverão coordenar a revisão das orientações curriculares da rede;
- Em paralelo ao processo de pactuação da política, é necessário realizar a revisão e/ou construção da Matriz curricular da Rede levando-se em conta a Educação Integral enquanto concepção;
 - o Nessa perspectiva, é preciso pensar o currículo como um todo - independente da extensão da jornada. E, com base neste currículo, orientar as escolas à revisão de seus Projetos Políticos Pedagógicos.
 - o Para especificamente o tempo integral: é importante trabalhar com orientações curriculares para a ampliação da jornada, e convidar as escolas a refletirem sobre as mesmas em seus PPPs, estruturando as rotinas e calendários da jornada ampliada com base nos documentos.

Dicas!

Para a redação inicial da política recomenda-se a realização das etapas 1 a 4 do material [Currículo na Educação Integral](#), redigindo os objetivos curriculares iniciais/ gerais do município.

Contudo, é fundamental pensar a matriz como um todo e não a jornada ampliada sozinha, isolada da discussão da rede sob o risco de novamente ou ampliar desigualdades ou tornar o tempo integral uma estratégia apartada da agenda educativa da rede.

Para isso, sugerimos a utilização completa do passo a passo previsto no material [Currículo na Educação Integral](#).

Seção 7a. Planejamento (parte 2): Infraestrutura e Insumos

Organizando o cotidiano

Com base no currículo (objetivos curriculares expressos na política ou matriz curricular da rede em diálogo com a educação integral, caso exista) é necessário elaborar um planejamento estratégico para a Educação Integral em Tempo Integral, considerando a infraestrutura e os recursos necessários à concretização dos projetos políticos pedagógicos das escolas. Na Educação Integral, é o currículo (com a agenda esperada de aprendizagem e desenvolvimento) que coordena o sistema - e os investimentos/ despesas da rede, seguindo paralelamente as legislações municipais, estaduais e federais vigentes.

De maneira geral, é preciso considerar:

1- Infraestrutura

- **Ampliação ou remodelação do espaço físico:** necessidade de mais salas de aula (ou com outras disposições/ características), laboratórios, bibliotecas ou salas de leitura, espaços para atividades previstas e áreas de lazer;
- **Adaptação dos espaços existentes:** adequação dos espaços para diferentes atividades e faixas etárias, garantindo acessibilidade e segurança;
- **Tecnologia e conectividade:** investimento em infraestrutura tecnológica para acesso à internet, uso de recursos digitais e comunicação;
- **Manutenção e conservação:** garantia de um ambiente escolar seguro, limpo e adequado para o desenvolvimento das atividades.

2. Utilização de recursos

- **Alimentação:** oferecer refeições nutritivas e adequadas às necessidades dos alunos, considerando diferentes faixas etárias e restrições alimentares para as diferentes modalidades de jornada escolar;
- **Transporte:** garantir o transporte escolar seguro e eficiente para todos os alunos, especialmente aqueles que residem em áreas distantes da escola;
- **Higiene:** equipar as escolas com infraestrutura e materiais necessários ao processo de higiene dos estudantes, incluindo kits individuais para escovação de dentes, por exemplo.
- **Laboratórios:** equipar os laboratórios com materiais e equipamentos adequados para as diferentes áreas do conhecimento e atividades pedagógicas.
- **Bibliotecas:** ampliar o acervo de livros e materiais didáticos, diversificando os gêneros e temas, e investir em recursos tecnológicos para acesso à informação.
- **Materiais pedagógicos:** fornecer materiais adequados para as diferentes atividades pedagógicas, incluindo materiais lúdicos, esportivos e artísticos em perspectiva inclusiva e os específicos para apoio aos estudantes com deficiência.

Organizando o cotidiano

3. Materialização dos Projetos Políticos Pedagógicos:

- **Alinhamento com a infraestrutura e recursos:** os projetos políticos pedagógicos devem ser elaborados considerando a infraestrutura e os recursos disponíveis na escola.
- **Flexibilidade e adaptabilidade:** os projetos devem ser flexíveis e adaptáveis às diferentes realidades das escolas e às necessidades dos alunos.
- **Participação da comunidade:** a comunidade escolar deve ser envolvida na elaboração, implementação e avaliação dos projetos políticos pedagógicos.
- **Formação continuada:** os profissionais da educação devem ser formados para implementar os projetos políticos pedagógicos de forma eficaz.
- **Avaliação e monitoramento:** é importante realizar avaliações contínuas para monitorar o impacto dos projetos políticos pedagógicos na aprendizagem dos alunos.

Referências e instrumentos

Na Prática

[Planejamento estratégico](#)

Centro de Referências em Educação Integral



Decisões importantes

Por isso, do ponto de vista de planejamento e gestão dos recursos nas políticas de Educação Integral, é necessário entender o que será necessário para concretizar as decisões curriculares e traçar um plano estratégico para ações de curto, médio e longo prazo.

Entre as decisões, é preciso entender se o programa se concretizará a partir da:

- Construção/ adaptação de escolas de turno único, com todas as turmas em período integral; escolas com dois turnos e turmas em período integral; combinação dos modelos;
- Utilização de espaços, recursos e agentes da comunidade e de que forma e com quais objetivos isso se dará;
- Organização intersetorial no território, mobilizando outros ativos públicos (equipamentos e políticas) na consecução da proposta.



Referências e instrumentos

Série de Diálogo

[Financiamento e Intersetorialidade na Educação Integral](#) -

Maria Antonia Goulart
(Experiência do Bairro-escola Nova Iguaçu)
Porvir



Parcerias e convênios

Para a realização das Políticas de Educação Integral, a secretaria pode lançar mão de convênios. Estes, dependendo da legislação do município, também podem ser executados diretamente pelas escolas. De maneira geral, os convênios não se aplicam apenas à extensão da jornada escolar, mas podem ser particularmente interessantes quando há ampliação do tempo e da oferta de atendimento aos estudantes.

Quando acessados, os convênios e as parcerias devem ser monitorados não apenas pela Secretaria de Educação, mas pela escola. Este monitoramento deve sempre ter como foco a lisura dos processos administrativos-financeiros e a qualidade pedagógica/educativa dos processos. Ou seja, não adianta ter um parceiro que é bastante correto na gestão administrativa e financeira, mas cujas atividades não são consonantes com o previsto no PPP da escola e o contrário tampouco.

Itens financiados pelos convênios da Política de Educação Integral:

Bolsistas (da comunidade e universitários);
Contratação de Assessoria;
Manutenção de espaços educativos;
Equipamentos para práticas pedagógicas;

Serviços de apoio a gestão escolar;
Conservação de espaços educativos;
Material permanente;
Material de consumo;
Realização de cursos de formação e atualização.

Referências e instrumentos

Na Prática

[Planejamento estratégico](#)
Centro de Referências em Educação Integral



Articulação Intersetorial

A articulação intersetorial e a relação escola-comunidade são ferramentas essenciais para superar os desafios do financiamento da educação integral e para garantir um atendimento integrado aos estudantes. Por meio de um mapeamento de oportunidades, parcerias estratégicas e descentralização de recursos, é possível construir um programa sustentável e de qualidade para todos os alunos. E essa pode (e deve) se dar tanto na gestão central, quanto nas unidades de ensino.

- **Articulação Intersetorial:** Integração de políticas e programas de diferentes secretarias (Assistência Social, Saúde, Cultura, etc.) para fortalecer a educação integral.
- **Relação Escola-comunidade:** Parcerias com a comunidade para otimizar recursos e ampliar oportunidades.

¹ O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) repassa verbas anuais para escolas públicas de ensino fundamental e médio. O objetivo é suprir necessidades básicas, garantir o funcionamento, promover melhorias na infraestrutura e incentivar a participação da comunidade na gestão escolar.

Estratégia

Programas como o [Bairro-escola Nova Iguaçu](#) e o [Escola Integrada](#) de Minas Gerais implementaram mecanismos para descentralizar recursos às escolas (semelhante ao Programa Dinheiro Direto na Escola¹, do MEC/ FNDE). A estratégia tinha como foco tanto fortalecer a autonomia das escolas na gestão de seus PPPs quanto a corresponsabilização delas pelas parcerias e pela manutenção das relações intersetoriais no território.

Referências e instrumentos

PDDE

[Guia de Execução dos Recursos FNDE; MEC](#)

Vídeo:

[Direito de Aprender UNICEF](#)



Seção 7b. Infraestrutura e
Insumos - especificidades
do programa Escola de
Tempo Integral

Recursos no Escola de Tempo Integral

Segundo o Ministério da Educação, a **partir do diagnóstico e planejamento, e de forma alinhada à Política de Educação Integral em Tempo Integral**, os entes deverão definir “suas necessidades de despesas para garantir a implementação com qualidade e equidade da expansão do tempo integral, visando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.” As despesas para a Educação Integral em Tempo Integral são essenciais para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos e as escolas devem usar os recursos de forma estratégica para atender às suas necessidades específicas.

De olho na legislação

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

- I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

As despesas podem ser diretamente relacionadas à expansão do tempo, como a formação de profissionais para atuar na Educação Integral, diversificação de materiais para ampliar a oferta de saberes, aquisição de recursos para diversificar o ensino e a aprendizagem, ou melhoria da infraestrutura e construção de novos espaços (laboratórios, bibliotecas, etc.).

Ou estarem indiretamente relacionadas, com o pagamento de contas de energia elétrica, por exemplo, ou outras ações de manutenção do funcionamento da escola, ou pequenos reparos para a preservação das instalações da escola.

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

IX – realização de atividades curriculares complementares voltadas ao aprendizado dos alunos ou à formação continuada dos profissionais da educação, tais como exposições, feiras ou mostras de ciências da natureza ou humanas, matemática, língua portuguesa ou língua estrangeira, literatura e cultura. (LDB, 1996)

O que os recursos **podem** financiar? Seguindo o [Manual de Execução Financeira do programa \(2023\)](#), os recursos provenientes do programa Escola de Tempo Integral servem tanto a despesas correntes quanto despesas de custeio:

- Despesas correntes (custeio): Manutenção e funcionamento da escola, como pagamento de contas e pessoal, aquisição de materiais de consumo, como livros e materiais didáticos.
- Despesas de capital: Criação de novos espaços ou modificação de espaços existentes; ampliação da área construída, como novas salas ou quadras esportivas; remodelação do espaço para nova finalidade, como transformar sala de aula em laboratório; grandes reformas em prédios escolares; aquisição de bens permanentes, como computadores, mobiliário e livros.

As despesas correntes podem responder por exemplo, ao pagamento de conta de luz, água e internet; contratação de profissionais para atividades extracurriculares; compra de material de limpeza e higiene; oferta de alimentação aos alunos. Enquanto as despesas de capital podem responder à construção de novas salas de aula ou laboratórios, reformas de biblioteca ou o pátio da escola, compras de computadores, impressoras e softwares educativos.

Referências e instrumentos

Escola de Tempo Integral
[Orientações para Execução Financeira Undime](#)



[Resultado do PAR Portfólio.](#)

Escola de Tempo Integral
[Manual de Execução Financeira MEC](#)



Despesas de custeio permitidas (detalhamento)

1) Remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação (inciso I do art. 70 da LDB): Remuneração de profissionais habilitados da educação para regime temporário na Secretaria de Educação (**vedada remuneração referente à folha ordinária de pagamento de pessoal**); Formação continuada de profissionais da educação vinculados às escolas participantes do Programa, para atuação na perspectiva da educação integral; Seleção de profissionais para atuarem nas escolas participantes.

2) Manutenção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino (inciso II do Art. 70 da LDB): Trata-se de despesas envolvidas na prevenção ou na correção de problemas corriqueiros ou emergenciais nos ambientes das escolas participantes, como reparos nas redes elétrica, hidráulica, telefônica, em equipamentos (eletrônicos ou de laboratórios) e mobiliário. O objetivo é deixar a escola em tempo integral com infraestrutura digna para os estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar.

Categorias de despesas incluídas no inciso II do Art. 70 da LDB: Aquisição de produtos de manutenção e conservação, para tornar acessível à infraestrutura escolar ou diversificada, considerando escolas do campo, quilombolas ou indígenas. Contratação de serviços para manutenção e conservação. Pequenos reparos parciais nas instalações físicas e adaptação de espaços para acessibilidade.

3) Uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino (inciso III do art. 70 da LDB). São as despesas relacionadas ao uso de bens e serviços necessários para o desenvolvimento das atividades de ensino.

4) Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino (inciso IV da LDB); A pesquisa não vinculada a instituições de ensino ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, não vise ao aprimoramento ou à expansão do ensino, não poderá ser considerada nas despesas com MDE.

5) Realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino (inciso V do art. 70 da LDB): despesas relacionadas ao funcionamento cotidiano das escolas participantes, contribuindo indiretamente para sua atividade-fim – o processo pedagógico. Incluem-se entre essas despesas as categorias de despesas incluídas no inciso V do art. 70 da LDB.

6) Amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo (inciso VII do Art. 70 da LDB).

7) **Aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.**

(inciso VIII do Art. 70 da LDB)

- Despesas com aquisição de materiais utilizados diretamente por alunos e professores nas atividades pedagógicas, artísticas, científicas, tecnológicas, socioambientais, esportivas e recreativas realizadas nas escolas. *Salienta-se a importância de que os EEx se atentem para não haver sobreposição de despesas, a exemplo de despesas já custeadas por outros programas, como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).*
- Aquisição de materiais de consumo para promoção das artes e cultura (música, dança, teatro, artes visuais, arte circense, literatura, cultura popular etc.), considerando a promoção e valorização da história e cultura das nações e povos africanos e afrobrasileiros, os povos indígenas originários do Brasil e a cultura popular local;

- Compra de materiais didáticos, considerando a promoção e valorização da história e cultura das nações e povos africanos e afro-brasileiros e os povos indígenas originários do Brasil;
- Aquisição de materiais escolares, considerando a acessibilidade para estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação e ainda para a educação de surdos;
- Aquisição de kits de laboratório;
- Aquisição de kits para robótica e programação;
- Compra de materiais esportivos, considerando as diversas práticas esportivas e a acessibilidade para estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação e ainda para a educação de surdos;

- Compra de materiais para jardinagem, sombreamento e verdejamento dos espaços escolares;
- Brinquedos e materiais de largo alcance (ou não estruturados) para a promoção do brincar, considerando diferentes tipos de materiais locais, a diversidade étnico-racial da população brasileira, a promoção e valorização da história e cultura das nações e povos africanos e afro-brasileiros e os povos indígenas originários do Brasil;
- Kits de higiene pessoal para os alunos.
- Manutenção de programas de transporte escolar - contratação de serviços para a manutenção de veículos; aquisição de produtos para a manutenção de veículos.

8) Realização de atividades curriculares complementares (inciso IX do Art. 70 da LDB.): Despesas voltadas para realização de atividades curriculares diversificadas e integradas ao currículo e/ou à formação continuada dos profissionais da educação, tais como exposições, feiras ou mostras de ciências da natureza, ou humanas, matemática, língua portuguesa ou língua estrangeira, literatura e cultura. A promoção de atividades junto aos distintos setores como cultura, esporte, lazer, ciência e tecnologia, direitos humanos e socioambiental devem estar previstas na Política de Educação Integral em Tempo Integral e imbuídas de finalidade educativa para fins da melhoria de aprendizagem dos estudantes e seu desenvolvimento integral. Importante ressaltar que a promoção das atividades curriculares diversificadas deve compor o currículo de maneira integrada e regular e não de maneira pontual ou esporádica.

- Categorias de despesas incluídas no inciso IX do Art. 70 da LDB.
- Formação continuada de profissionais da educação vinculados às escolas participantes do Programa:
- Eventos para a formação integral dos estudantes (feiras, competições, eventos culturais).

Despesas de capital permitidas (detalhamento)

1) Aquisição de equipamentos necessários ao ensino (inciso II do Art. 70 da LDB): Despesas com a compra de bens duráveis e resistentes utilizados nos diferentes ambientes das escolas participantes (laboratórios, vestiários, refeitórios, bibliotecas, etc.).

Categorias de despesas incluídas no inciso II do Art. 70 da LDB.

- Compra de mobiliário, considerando a adequação à faixa etária, acessibilidade para estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação e ainda para a educação de surdos;
- Aquisição de instrumentos artísticos (musicais, dança, circenses, pintura, teatro etc.);
- Equipamentos para criações e exposições audiovisuais e fotografia;

- Aquisição de equipamentos para espaço de criação (espaço maker);
- Aquisição de equipamentos para parquinho infantil, considerando a acessibilidade para estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação e ainda para a educação de surdos;
- Aquisição de equipamentos (INFORMÁTICA);
- Acervo para biblioteca, considerando a diversidade étnico-racial da população brasileira, a promoção e valorização da história e cultura das nações e povos africanos, afro-brasileiros, os povos indígenas originários do Brasil, a literatura regional.

2) Construção de instalações necessárias ao ensino (inciso II do Art. 70 da

LDB.): São as intervenções que aumentam a área construída da escola participante, agregam valor à construção existente ou alteram completamente o uso previsto para a dependência, exigindo sua remodelação. Incluem despesas com a construção ou a adaptação de espaços físicos. O investimento de recursos neste âmbito tem como finalidade dignificar a permanência dos estudantes e profissionais da educação em tempo integral, assim como diversificar as experiências educativas.

Para lembrar

Despesas de melhoria de aparência de prédios escolares (edifícios ou salas) como pintura de paredes e portões, por exemplo, são despesas de custeio e não de capital.

Despesas VEDADAS

O que não pode ser financiado com os recursos do programa?

- **Pagamento de pessoal:** salários de funcionários públicos, incluindo aposentados e pensionistas.
- **Assistência social:** programas de alimentação, saúde e assistência social.
- **Bolsas de estudo:** não há previsão legal para pagamento de bolsas para alunos da Educação Básica.
- **Pesquisa não vinculada:** pesquisa que não seja realizada por instituições de ensino ou que não vise ao aprimoramento do ensino.
- **Tarifas e tributos:** pagamento de tarifas bancárias e tributos, exceto aqueles que incidem sobre os materiais e serviços contratados para o programa.

Compromisso público

O Programa Escola em Tempo Integral visa oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos. Os recursos do programa devem ser usados de forma responsável e transparente para financiar atividades que diretamente contribuam para o desenvolvimento integral dos alunos. Da mesma forma, é preciso orientar as escolas - quando na transferência de recursos diretos - uma prestação de contas transparente e regular à comunidade, destacando o compromisso de todos com o erário.

Procedimentos

Adesão e Pactuação: Os entes federativos aderem ao programa e pactuam metas de expansão de matrículas no SIMEC.

- Cada ente deve anexar sua Política de Educação em Tempo Integral e a aprovação do Conselho Municipal de Educação.
- A SEB/MEC autoriza o FNDE a realizar as transferências de recursos.

Transferências:

- Primeira parcela (50%) após a fase de Pactuação.
- Segunda parcela após a declaração das matrículas criadas no SIMEC.

Abertura de Conta Específica:

- O FNDE abre uma conta corrente específica para cada ente no Banco do Brasil.
- Os recursos são creditados na conta e podem ser movimentados eletronicamente.
- A conta fica bloqueada até a entrega da documentação comprobatória da titularidade da conta.

Prestação de Contas:

- O ente presta contas ao FNDE no módulo de prestação de contas do sistema [BB Gestão Ágil](#).
- **O prazo para a execução dos recursos é de 24 meses.**
- A SEB/MEC e o FNDE emitem pareceres sobre a execução física e financeira.



Tarefa da seção (Tomada de Decisão e Planejamento)

- Com base nas decisões curriculares, é hora de voltar ao plano estratégico da política, iniciado na seção 3 deste Material de Apoio, respondendo:
 - Qual o(s) formato(s) de oferta do tempo ampliado?
 - Quais os recursos mínimos para as turmas de tempo parcial e jornada ampliada em relação a alimentação, transporte, materiais, verbas de custeio?
 - A organização de recursos será totalmente centralizada ou prevê-se estratégias de descentralização? Para quais decisões?
 - Serão realizadas parcerias com outras pastas e órgãos de governo? Com quais programas?
 - Serão realizadas parcerias com organizações da comunidade? Para quê e de que forma?
 - Será permitido voluntariado? Como e em quais situações?

Referências e instrumentos

Dica!

Como **principal instrumento de apoio desta etapa**, indica-se a [tabela dinâmica para cálculo da implementação da Política](#) em três diferentes cenários: jornada regular, jornada ampliada sem parceria e jornada ampliada com parceria.

O instrumento apoia a prever o custo preliminar estimado para a implementação da política de educação integral.



De olho!

A relação de instrumentos de apoio nas próximas páginas podem apoiar também o processo estratégico de tomada de decisão.

Dicas! Como as possibilidades de ação dependem das decisões estratégicas, organizamos um conjunto de instrumentos que podem e devem ser utilizados para facilitar o planejamento e implementação das ações relacionadas à infraestrutura e recursos da política. Vejamos:

Instrumento	Tema-base	Breve descrição
<u>PLANILHA COM MODELO DE PLANEJAMENTO PARA INTERVENÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS</u>	Infraestrutura	A planilha tem por objetivo levantar os insumos já disponíveis na rede para a consecução da política de educação integral e planejar a realização de processos licitatórios com vistas a adquirir outros materiais necessários.
<u>PLANILHA PARA ORGANIZAÇÃO DA HORA-ATIVIDADE DOS PROFESSORES</u>	Recursos - profissionais	Planilha para levantamento e orientações que visam apoiar o planejamento do 1/3 da jornada dedicada à realização de atividades de planejamento, estudo e formação dos professores (sem a presença dos alunos).
<u>PLANILHA PARA ORGANIZAÇÃO DAS DEMANDAS DO PLANO ANUAL E PPP DAS ESCOLAS</u>	Recursos - insumos/ escola	Instrumento para coleta e sistematização das demandas de investimento no ano (materiais pedagógicos, materiais de escritório, prestação de serviços- pequenos reparos, oficinairos , manutenção, aquisição de equipamentos.)

<u>PLANILHA PARA PLANEJAMENTO DE INSUMOS</u>	Recursos - insumos/ rede	Um modelo de planejamento de compras que, a partir da demanda de insumos das unidades escolares, compila todos os itens de necessidade da rede em um único instrumento.
<u>MODELO DE PLANO DE TRABALHO - CONVÊNIOS (APM, Conselhos Escolares, Caixa Escolar)</u>	Parcerias	Entidades do terceiro setor não visam lucro e firmam convênios com o município para serviços como creches e escolas. O instrumento apresenta modelo para levantamento e realização procedimentos necessários para formalizar esses convênios.
<u>ORIENTAÇÕES PARA VOLUNTARIADO</u>	Parcerias	Instrumento apresenta limites e possibilidades para a realização de atividades realizadas por voluntários (agentes, educadores ou parceiros não-remunerados, que podem receber algum tipo de ajuda de custo ou não).
<u>CONTRATAÇÃO E MODELO DE CONTRATAÇÃO DE BOLSISTAS UNIVERSITÁRIOS</u>	Parcerias	Como uma forma de apoiar o desenvolvimento das atividades da política de educação integral da rede, o instrumento apresenta estrutura para viabilização de contratação de bolsistas universitários, que também poderão atuar diretamente no atendimento aos alunos.
<u>MANUAL PARA FORMAÇÃO DE CONVÊNIOS</u>	Parcerias	A Secretaria deve sistematizar um material para formalização de convênios a fim de auxiliar as organizações não governamentais que firmaram parceria com o município, para assegurar a boa execução do convênio com o município. O instrumento é um canva/ modelo para organização do manual.



Prática inspiradora Confira o Manual desenvolvido no âmbito do Programa Tempo de Escola, de São Bernardo do Campo.

<p><u>EDITAL DE CHAMAMENTO DE PARCEIROS</u></p>	<p>Parcerias</p>	<p>Modelo de texto jurídico, com indicações de preenchimento, utilizado para comunicar às entidades o interesse do município ou estado em firmar parceria, para a implementação e ou continuidade da política de educação integral de educação integral.</p>
<p><u>MANUAL PARA RELACIONAMENTO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL</u></p>	<p>Parcerias</p>	<p>Instrumento apresenta texto-base para redação de manual que estructure uma comunicação objetiva sobre as intencionalidades do município com o relacionamento a ser iniciado ou ampliado com as instituições sem fins lucrativos que atuam nos territórios na política de educação integral.</p>
<p><u>PASSO A PASSO E ORIENTAÇÕES PARA REMOÇÃO E DESIGNAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO</u></p>	<p>Recursos - profissionais</p>	<p>Orientações gerais para remoção e designação de profissionais da educação na ampliação da jornada escolar.</p>
<p><u>LEVANTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DO MUNICÍPIO</u></p>	<p>Intersetorialidade</p>	<p>Planilha para levantamento de políticas e programas institucionais desenvolvidos pelo município, com propósito de verificar a convergência de propósitos das políticas desenvolvidas e buscar estabelecer parcerias para o desenvolvimento da política de educação integral, promovendo sua intersectorialidade.</p>
<p><u>METODOLOGIA COMPLEMENTAR - OBSERVANDO A QUALIDADE DO LUGAR</u> - Grupo Ambiente Educação (GAE-FAU) da UFRJ</p>	<p>Infraestrutura</p>	<p>A metodologia de apoio a equipes técnicas e escolares para identificar necessidades e oportunidades de melhoria na infraestrutura e ambiência de equipamentos.</p>

Seção 8. Organização e formação de profissionais

Conceituação

A formação continuada na educação integral transcende o lugar da atualização profissional sobre determinadas temáticas ou práticas - ela é um processo dinâmico e permanente de pactuação pelo direito à educação integral e que busca:

Cultivar a reflexão crítica sobre a prática docente: construindo novos significados, em diálogo com as realidades e necessidades dos educandos.

Fortalecer a práxis educativa: entrelaçando teoria e prática, com ênfase na experimentação de metodologias inovadoras e na construção de um currículo interdisciplinar.

Promover a aprendizagem colaborativa: entre pares, com a comunidade escolar e com diferentes profissionais, tecendo redes de conhecimento e experiências.

Ampliar a compreensão da educação integral: abrangendo seus fundamentos, princípios e diretrizes, para uma atuação coerente com seus objetivos.

Ações práticas

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação assume um papel fundamental na organização e na promoção da formação continuada, assumindo como tarefa central o desenvolvimento um plano de formação abrangente e que articule:

Diagnóstico das necessidades: escutando as demandas dos profissionais e mapeando os desafios da rede municipal.

Definição de prioridades: priorizando temas relevantes para o contexto local e para o desenvolvimento da educação integral segundo a discussão curricular da rede.

Criação de um calendário anual: oferecendo diversas modalidades formativas ao longo do ano letivo, em horários compatíveis com a jornada de trabalho dos professores, combinando:

- Formação presencial: palestras, cursos e oficinas com especialistas da própria rede e convidados;
- Formação a distância: plataformas online, MOOCs e comunidades virtuais, ampliando o acesso à formação e promovendo a autonomia dos profissionais;
- Formação em serviço: assessoria pedagógica e tematização realizada pelos coordenadores pedagógicos e supervisores nas unidades de ensino, acompanhamento e reflexão crítica da prática docente, com foco na construção de soluções para os desafios da sala de aula.
- Intercâmbios e visitas técnicas: compartilhamento de experiências entre escolas e redes de ensino, promovendo a troca de saberes e a inovação.

Arranjos em sala de aula

É por meio de sólidos processos formativos, e em diálogo com o currículo da rede e o Projeto Político Pedagógico da escola que se pode chegar a arranjos de sala de aula mais condizentes com a perspectiva da educação integral, mobilizando as chamadas metodologias ativas no processo educativo, fortalecendo a experimentação, a personalização e o vínculo com o território.

Dessa forma, é interessante articular a formação dos profissionais da rede a uma cultura de sistematização de práticas pedagógicas e de gestão, que reconheçam a autoria dos docentes, dos educadores e oficinairos parceiros, das equipes de gestão escolares e que apoiem estes a atuarem como formadores internos nas escolas e na própria rede.

Referências e instrumentos



Na Prática

[Orientações e passo a passo para construção de plano de formação](#)
Centro de Referências em Educação Integral

Especiais

[Conjunto de materiais sobre diferentes temáticas e modalidades da educação em diálogo com a Educação Integral](#)
Centro de Referências em Educação Integral

Na Prática

[Coletânea de materiais complementares à formação de professores e outros profissionais da educação na perspectiva da Educação Integral](#)
Vários autores



Redes e construção coletiva

A importância das redes de troca de conhecimento entre escolas na construção e implementação da educação integral é enorme. Redes proporcionam um ambiente de colaboração e aprendizado mútuo, em que escolas podem compartilhar experiências, boas práticas, desafios enfrentados e soluções encontradas.

Quando escolas pertencentes a uma mesma rede se conectam, elas têm a oportunidade de alinhar estratégias, desenvolver projetos conjuntos e fortalecer a identidade e missão da rede como um todo, em um ambiente de cooperação e solidariedade.

Muitas possibilidades

Já existem diferentes redes diretamente ligadas ou complementares à agenda de educação integral em tempo regular e ampliado, inclusive mobilizando encontros periódicos e sistematização de aprendizagens. Acioná-las pode ser uma estratégia potente para a política de educação integral do município. Veja algumas:

Experiências do Centro de Referências em Educação Integral

Banco nacional e estrangeiro de iniciativas comunitárias, escolas e programas de governo que se relacionam com a agenda de educação integral.

Redes de troca de conhecimento entre escolas de redes distintas ampliam ainda mais as possibilidades de aprendizado e inovação. Ao se conectarem com escolas de outras regiões ou contextos socioeconômicos diferentes, as instituições de ensino têm a oportunidade de enriquecer sua visão de mundo, aprender com diferentes realidades e expandir suas perspectivas sobre o que é possível na educação integral.

Ao se conectarem e compartilharem experiências, as escolas podem potencializar seu impacto e contribuir para o desenvolvimento integral de todos os alunos.

Observatório Nacional de Educação Integral - UFBA

Espaço permanente de diálogo, fóruns de debates, socialização de pesquisas, estudos, reflexões, disseminação de dados, referências legais e informações sobre a educação integral no Brasil.

Movimento de Inovação na Educação

Movimento integrador de redes, escolas, profissionais, ativistas e iniciativas sociais pela transformação da educação em seus diversos campos.

Escolas 2030

Programa global de pesquisa-ação que busca criar novos parâmetros para a avaliação da aprendizagem com base na prática da educação integral e transformadora, com vistas a garantir o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4).



Tarefa da seção (Reflexão)

- Ao entender que a educação integral é um processo paradigmático, é necessário que a política de educação integral preveja a estruturação da formação continuada para toda a rede. Mais do que uma prescrição, é importante adicionar ao texto-base da política:
 - os objetivos da formação;
 - importância da formação continuada na rede;
 - elementos ou características do processo formativo que devem ser observados ao longo do processo.
- Após a aprovação, é então interessante construir um plano de formação, que articule e materialize de forma concreta - incluindo os recursos necessários - o que foi previsto no texto-base da política.

Seção 9. Monitoramento e indicadores de Avaliação

Elemento central: avaliação para a aprendizagem

A avaliação na educação integral transcende a mera mensuração de resultados, uma vez que busca compreender o desenvolvimento integral dos alunos, em suas múltiplas dimensões.

- **É um processo contínuo e formativo:** acompanha o processo de aprendizagem dos alunos, fornecendo orientação constante e formativa para o seu desenvolvimento.
- **É contextualizada e participativa:** leva em consideração o contexto social, cultural e histórico dos alunos, e envolve todos os agentes da comunidade escolar no processo avaliativo.
- **É dialógica e reflexiva:** promove o diálogo entre os diferentes saberes e experiências, e incentiva a reflexão crítica sobre o processo de ensino-aprendizagem.
- **É autoavaliativa e coavaliativa:** estimula a autonomia dos alunos na avaliação de sua própria aprendizagem e na construção de conhecimentos de forma colaborativa.

Referências e instrumentos

[Seminário Avaliação na Educação Integral](#)



Por que avaliar?

- **Compreender o desenvolvimento integral dos alunos:** Identificar seus progressos, desafios e necessidades, para garantir um ensino mais personalizado e eficaz.
- **Orientar a prática educativa:** Fornecer retorno aos professores, para que possam ajustar suas estratégias.
- **Promover a aprendizagem:** Estimular a reflexão crítica dos alunos sobre seus próprios processos de aprendizagem, para que se tornem protagonistas de sua formação.

Referências e instrumentos

Inovação em Avaliação Educacional

[Avaliação formativa e avaliação da compreensão de textos](#)

Chico Soares

Avaliação na Educação Integral

[Elaboração de novos referenciais para políticas e programas](#)

Centro de Referências em Educação Integral/ MOVE/ Itaú Social

[Avaliação Formativa na Prática](#)

Pólo, ambiente de formação do Itaú Social



- **Valorizar as diferentes formas de aprender:** Reconhecer a diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem dos alunos.
- **Prestar contas à sociedade:** Demonstrar o impacto da educação integral na formação dos alunos e na comunidade.

Foco! Como apresenta o pesquisador Chico Soares, é preciso avaliar cada vez mais na escola e para a aprendizagem - ou seja, é preciso considerar 1) o que se busca desenvolver com os estudantes? 2) Como os estudantes aprendem? 3) Quais os desafios e oportunidades que os alunos enfrentam? 4) Como todos podem se envolver no processo avaliativo?

Na Prática

Avaliação Institucional Participativa - INDIQUE da educação integral

Centro de Referências em Educação Integral/ MOVE





Um exemplo prático

Definição do lugar da avaliação

A escola municipal Waldir Garcia, localizada em Manaus (AM) é reconhecida por sua atuação concreta para o desenvolvimento integral dos estudantes. Lá, a avaliação se configura como um **processo contínuo e formativo**, intrinsecamente ligado à prática educativa e comprometido com o desenvolvimento integral dos alunos.

Lá, são combinadas diferentes estratégias de avaliação, incluindo:

- Observação: acompanhamento do comportamento dos alunos em diferentes situações.
- Portfólios: coleção de trabalhos dos alunos que demonstram seu progresso ao longo do tempo.
- Autoavaliação e coavaliação: reflexão dos alunos sobre sua própria aprendizagem e a dos colegas, incluindo os projetos de pesquisa do grupo e os debates e apresentações.



- Devolutivas dos professores: por meio dos projetos, atividades e debates, os professores também manifestam suas percepções a partir de indicadores estabelecidos no projeto político pedagógico da escola.
- Prova: apenas no 5º ano do Ensino Fundamental os estudantes têm contato com provas - assumindo que esse tipo de avaliação também é um conhecimento a ser apropriado por eles. Ou seja, a prova assume sim uma função avaliativa, mas também como conteúdo - no “aprender a responder uma prova”.

Deslocando a centralidade da avaliação para o campo formativo, a escola consegue focar em oportunidades formativas de fato. E uma das consequências? O maior IDEB da rede de Manaus.



Saiba +
Waldir Garcia: escola
transforma a vida de
estudantes em Manaus e
inspira o Brasil e o mundo
*Centro de Referências em
Educação Integral*



O que e quem avaliar

A avaliação na perspectiva de uma Política de Educação Integral deve considerar três dimensões de forma integrada:

- **O desenvolvimento integral dos alunos:** Avaliar as diferentes dimensões do desenvolvimento humano - intelectual, emocional, social, cultural e física.
- **O processo de ensino-aprendizagem:** Avaliar a qualidade das práticas pedagógicas, a organização curricular e os recursos didáticos utilizados.
- **O impacto da política de educação integral:** Avaliar os resultados da política na formação dos alunos e na comunidade.

Quem / dimensão	Focos
Condições estruturantes (Secretaria de Educação)	A. Orientações curriculares B. Infraestrutura C. Articulação D. Formação e condições de trabalho E. Perfil da rede docente F. Perfil dos e das estudantes G. Perfil das escolas H. Desempenho escolar I. Ativos do território
Organização do território	A. Sustentabilidade B. Gestão democrática C. Práticas pedagógicas D. Formação E. Clima institucional
Unidades escolares	A. Gestão democrática B. Ambiência e Clima escolar C. Práticas Pedagógicas D. Currículo E. Formação e Avaliação
Crianças, adolescentes e jovens	A. Conhecimento B. Pensamento científico, crítico e criativo C. Repertório Cultural D. Comunicação E. Cultura Digital F. Trabalho e projeto de vida G. Argumentação H. Autoconhecimento e autocuidado I. Empatia e cooperação J. Responsabilidade e cidadania



Tarefa da seção (Reflexão)

No desenho da política, é preciso indicar os pontos gerais da matriz de avaliação da política. Isto é, é preciso definir - ainda que de forma geral:

Os objetivos de avaliação: O que se pretende avaliar?

Os indicadores de avaliação: Quais são os sinais que demonstram que os objetivos estão sendo atingidos?

Os instrumentos de avaliação: Quais ferramentas serão utilizadas para coletar dados?

Os critérios de avaliação: Como os dados serão interpretados?

Os procedimentos de avaliação: Como a avaliação será realizada?

Dicas!

Para a redação inicial das informações sobre avaliação na política recomenda-se a leitura atenta do Caderno Avaliação na Educação Integral e mais especificamente a proposta de matriz de avaliação para a educação integral e do Plano de Avaliação e Monitoramento do Programa Escola em Tempo Integral - Ministério da Educação



Seção 10. Comunicação e envolvimento da comunidade

Comunicação dialógica

No seu livro "Pedagogia do Oprimido", Paulo Freire discorre sobre a dialogicidade, abordando a importância e o poder que a palavra possui, palavra essa que pode ser utilizada para oprimir ou libertar. A partir do diálogo conquista-se a confiança, a troca de ideias e a construção e desconstrução de ideias. A política de Educação Integral, em sua natureza, é essencialmente dialógica. Comunidades escolares e secretaria (e organizações do território) constroem juntas não apenas a proposta, mas sua contínua implementação.

Referências e instrumentos

Na Prática

[Orientações e práticas inspiradoras para comunicação dialógica na rede](#)

Centro de Referências em Educação Integral



Na política de Educação Integral, a comunicação tem como função:

Informar: divulgar os objetivos, princípios e ações da política de educação integral para toda a comunidade escolar e para a sociedade em geral;

Esclarecer dúvidas: responder às dúvidas e questionamentos da comunidade sobre a política de educação integral;

Promover o diálogo: incentivar o diálogo entre os diferentes agentes da comunidade escolar sobre a política de educação integral;

Mobilizar a participação: convocar a comunidade escolar para participar da construção e implementação (e monitoramento) da política de educação integral;

Celebrar conquistas: divulgar os resultados e os impactos positivos da política de educação integral.

Referências e instrumentos

Na Prática

[Orientações e práticas inspiradoras para comunicação dialógica na rede](#)

Centro de Referências em Educação Integral



Pontos de atenção

Contudo, é preciso lembrar que a comunicação é um processo complexo e dinâmico que exige planejamento, acompanhamento e avaliação constantes, considerando as diferentes necessidades e expectativas dos públicos-alvo da política e do próprio governo. Assim, é preciso considerar como dimensões:

Acessibilidade e clareza: a comunicação deve ser acessível a todos os públicos, utilizando linguagem clara e objetiva.

Transparência: as informações sobre a política de educação integral devem ser transparentes e facilmente acessíveis.

Diálogo permanente: é fundamental manter um diálogo permanente com a comunidade escolar para garantir a participação e o engajamento de todos.

Diversidade de canais: utilizar diferentes canais de comunicação para alcançar todos os públicos.

Referências e instrumentos

[Etapa 4: Pactuação na Política de Educação Integral Na Prática](#)





Tarefa da seção (Pactuação e Divulgação)

- Com o texto-base finalizado, é hora de encaminhá-lo para pactuação junto aos envolvidos na figura do Conselho Municipal de Educação. Com o material aprovado, e legislação subsequente submetida, é importante divulgar a política de educação integral na rede, discutindo não apenas as ações voltadas à ampliação da jornada, mas as perspectivas curriculares e o foco no desenvolvimento integral de todos os estudantes.

Dicas!

Para apoiar o processo de pactuação da política, recomenda-se a utilização das [orientações para redação do marco legal da política](#) e seu [processo de pactuação na rede](#).

Bibliografia Básica Consultada

Ação Educativa (org). Indicadores da Qualidade na educação: relações raciais na Escola - Antirracismo em Movimento. Ação Educativa. 2a ed. São Paulo, 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.

Centro de Referências em Educação Integral. 10 perguntas e respostas sobre Educação Integral em tempo integral. In. São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral, s/d. Disponível em: [10 Perguntas e Respostas Sobre Educação Integral em Tempo Integral](#)

COSTA, Natacha. Educação Integral: uma reflexão sobre a concepção e suas práticas transformadoras, 2024. In. São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral.

DIETRICH, Julia. Guia para alocação e distribuição de matrículas em tempo integral com eficiência e equidade. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: [Guia Alocação Distribuição Matrículas Eficiência Equidade](#)

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 50ed, 2011.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação, 2017, p. 137

LEITE, Lúcia Helena Alvarez; CARVALHO, Paulo Felipe Lopes de, Educação (de Tempo) Integral e a Constituição de Territórios Educativos, Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1205-1226, out./dez. 2016.

MOLL, Jaqueline. Os Tempos da Vida nos Tempos da Escola: em que direção caminha a mudança? In: MOLL, Jaqueline, Os Tempos da Vida nos Tempos da Escola: Construindo Possibilidades. Editora Penso, Porto Alegre, 2a edição, 2013.

SACRISTÁN, Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Tradução Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

WEFFORT, Helena Freire; ANDRADE, Julia Pinheiro; COSTA, Natacha Gonçalves. Currículo e educação integral na prática: uma referência para estados e municípios. 1. Ed. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019. Disponível em: [Caderno 1: Currículo e Educação Integral na Prática](#)

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 37-38.

Legislação Específica do Programa Escola de Tempo Integral

- **Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023:** define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da Educação Integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.
- **Resolução nº 26, de 24 de novembro de 2023:** institui os procedimentos de priorização e critérios de seleção de propostas de reforma e ampliação de unidades escolares e aquisição de mobiliário para atendimento de demandas do Programa Escola em Tempo Integral.
- **Resolução nº 25, de 24 de novembro de 2023:** institui os critérios de seleção de projetos da ação PAR-Portfólio no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.
- **Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023:** estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.

- **Portaria nº 1.495/2023:** dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências.
- **Lei nº 14.640/2023:** institui o Programa Escola em Tempo Integral e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

Escolas de tempo integral: documentos, notas, guias e manuais

1. **Nota Técnica nº 36/2023 | Nota Metodológica do Cálculo da pré-meta de cada ente federado**
2. **Cartilha**
3. **Guia para a alocação e distribuição de matrículas em tempo integral com eficiência e equidade**
4. **Manual de Execução Financeira**
5. **Passo a passo | Declaração de matrícula**
6. **Guia para Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral**
7. **Plano de Monitoramento e Avaliação do Programa Escola de Tempo Integral 23-26**

O Material de Apoio do Centro de Referências em Educação Integral à Formulação e Implementação de Políticas Municipais de Educação Integral em Tempo Integral é uma ação do **Centro de Referências em Educação Integral**, iniciativa que tem como objetivo promover a pesquisa, o desenvolvimento, aprimoramento e difusão gratuita de referências, estratégias e instrumentais que contribuam para a gestão de políticas públicas de Educação Integral.

Para isso, o Centro de Referências concentra sua atuação em dois objetivos específicos:

- **Articulação e Incidência Política:** mobilização e articulação de agentes chave, temas e fóruns estratégicos para a defesa e promoção da agenda de educação integral no país e produção de conteúdo.
- **Pesquisa e Desenvolvimento metodológico:** pesquisa e desenvolvimento de processos e instrumentos que apoiem as redes municipais e estaduais na formulação e gestão de políticas de educação integral. Tal eixo ancora-se no Educação Integral na Prática, no Educação Integral nas Infâncias e na metodologia Currículo na Educação Integral.

A produção deste material conta com o apoio técnico e financeiro da Fundação Itaú, parceira do Coletivo Articulador do Centro de Referências em Educação Integral.

Equipe

Direção Executiva

Natacha Costa

Direção de Programas

Raiana Ribeiro

Gestão do Centro de Referências em Educação Integral

Fernando Mendes

Gestão Pedagógica

Ana Paula de Pietri

Coordenação da Publicação

Julia Dietrich

Natacha Costa

Fernando Mendes

Ana Paula de Pietri

Pesquisa e Redação

Julia Dietrich

Projeto Gráfico e Diagramação

Vinicius Correa

Revisão

Ana Paula de Pietri

Fernanda de Andrade Santos

Fernando Mendes

Maria Regina Passos

Natacha Costa

Renato Brizzi Martins

Cidade Escola Aprendiz

Centro de Referências em

Educação Integral

Publicado em março de 2024



Centro de Referências em
Educação Integral

CIDADE ESCOLA
APRENDIZ

Itaú Social




Cenpec


CIEDS


alana


INSTITUTO
RODRIGO
MENDES

mais
Movimento de Ação e Inovação Social


roda
educativa

Avante
EDUCAÇÃO E
MOBILIZAÇÃO
SOCIAL


BRITISH
COUNCIL


FUNDAÇÃO
VALE



Fundação **Santillana**



unicef 

Realização:



Apoio:

